valor
ECONÓMICO

12 de Abril 2021
Segunda-feira
Semanário - Ano 5
Nº254
Director-Geral
Evaristo Mulaza

PROCURADORIA AFIRMA TER "INDÍCIOS FORTES"

Isaac dos Anjos e Paixão Júnior ouvidos na PGR nos próximos dias

INVESTIGAÇÃO. Fonte da PGR assegura, em declarações exclusivas ao VALOR, que existem "fortes indícios" de que o actual secretário para os assuntos do sector produtivo de João Lourenço e o antigo presidente do BPC são beneficiários de bens já apreendidos e que foram adquiridos com fundos públicos. Paixão Júnior garante desconhecer qualquer processo. E Isaac dos Anjos também já negou as acusações. Pág. 28

Paixão Júnior, ex-PCA do BPC

Isaac dos Anjos, secretário do PR

JOSÉ CARLOS BETTENCOURT, EX-GOVERNANTE

"Política é resolver a fome das pessoas, dar emprego, não é plano bonito"

Págs. 4 a 7

AGRICULTURA E PESCAS

Subvenção suspensa

PRODUÇÃO. Dois anos depois, subvenção ao preço dos combustíveis espera pela concertação de vários ministérios. Pág. 9

PREÇO SUBIU 10 VEZES

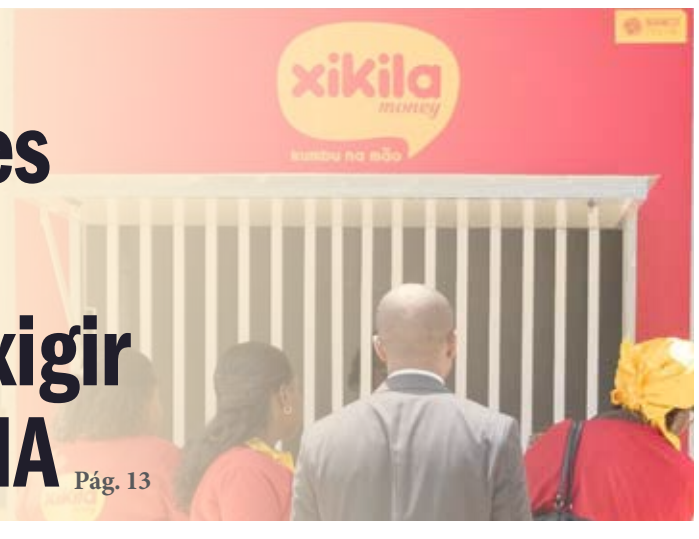
Importadores acusam Ministério por escassez de cenoura

Pág. 8

MANIFESTAÇÕES JÁ MARCADAS

800 ex-trabalhadores do Banco Postal voltam à rua para exigir indemnização do BNA

Pág. 13



RIL 12 a 26 Fevereiro (milhões USD) **12** 8.313,79 **17** 8.255,49 **18** 8.204,57 **19** 8.312,60 **22** 8.254,35 **23** 8.286,74 **24** 8.282,53 **25** 8.286,27 **26** 8.679,00

Editorial

ENSAIO SOBRE O ENVELHECIMENTO DO MPLA

É uma verdade cristalizada nas ciências sociais. Assim como as pessoas, as instituições nascem, crescem e podem entrar em decadência. Ou simplesmente morrem. No seu preanunciado clássico 'Ordem Política e Decadência Política', Francis Fukuyama recorda que um dos sintomas do envelhecimento das instituições é a perda da capacidade de produzir reformas. E ajuíza que a geração do progresso está necessariamente dependente da qualidade do ciclo de vida das instituições. É praticamente a mesma sentença que Daron Acemoglu e James Robinson produzem na sua magistral 'Porque Falham as Nações'. As instituições extractivistas, concluem eles, geram a miséria. As inclusivas, comparam, propiciam o desenvolvimento.

As razões de fundo do falhanço da governação do MPLA encontram respaldo precisamente no diagnóstico atento de Fukuyama, Acemoglu, Robinson e de tantos outros. O MPLA está envelhecido e, assim sendo, é incapaz de produzir reformas dignas desse nome. Mais grave do que isso, o partido no poder e a sua liderança parecem seriamente empenhados na consolidação do carácter extractivista das instituições. É este o problema central do país.

Veja-se o mais recente exemplo da revisão constitucional. Quando a Constituição saiu do forno, em 2010, percebemos todos, incluindo os dirigentes e militantes do MPLA, o que estava em causa. O documento foi desenhado à medida do projecto de preservação do poder do partido no poder. Dois anos antes, o MPLA tinha, entretanto, saído das legislativas com mais de 80% dos resultados, pelo que se serviu da pretensa legitimidade do voto para argumentar que o espírito da Constituição emanava da vontade do povo. Era falso. Mas a Oposição e os críticos, fragilizados, não foram além de designá-la como "Constituição atípica", inventando um rótulo que ficou afixado no dicionário político. Marcelo Rebelo de Sousa, na altura, preferiu o eufemismo e chamou-lhe a "Constituição da transição". Não poderia estar mais equivocado e, 11 anos depois, João Lourenço deixou-o suficientemente claro.

Simulando uma resposta às exigências de revisão constitucional, João Lourenço entregou ao Parlamento uma proposta que ignora, com soberba, os aspectos centrais que conformam o carácter transitório da Constituição: a concentração do poder e a partidarização do Estado. Já no debate parlamentar, Virgílio de Fontes Pereira tentou defender o seu presidente, argumentando que uma revisão profunda levaria ao inevitável adiamento das eleições. Só que, alguns dias antes, Adão de Almeida já se havia antecipado a destruir, de forma exaustiva, os argumentos de Fontes Pereira. Tendo tido seguramente um papel central na elaboração da proposta, o ministro de Estado não só descartou a ligação entre o calendário eleitoral e o da revisão constitucional, como não fixou qualquer limite às contribuições que seriam possíveis no quadro do debate parlamentar. Nas suas próprias palavras, a revisão da Constituição poderia terminar num dia e, no outro, realizar-se-iam as eleições.

Os factos não poderiam estar, portanto, mais claros do que parecem. As motivações de fundo que levam à revisão da Constituição, ao tempo e à maneira do MPLA, são as que privilegiam a construção de instituições extractivistas. As que inviabilizam verdadeiras reformas e geram a miséria. E aí, claro, cabe tudo: a dança de cadeiras, o regresso dos que nunca foram, a instabilidade governativa, a incapacidade de governação, a castração dos processos democráticos, a pessoalização das instituições, a intolerância ao pensamento crítico, a radicalização do discurso ante o receio da derrota, a fabricação de antipatriotas e de inimigos do Estado, enfim, a privatização e o aprisionamento do Estado.

É esta a questão de fundo: não é um problema do João ou da Joana. O MPLA está velho. E, sem um choque de realidade, não se renova.

FICHA TÉCNICA

Director-Geral: Evaristo Mulaza
Directora-Geral Adjunta: Geralda Embaló

Editor Executivo: César Silveira
Redacção: Edno Pimentel, Emídio Fernando, Isabel Dinis, Guilherme Francisco, Júlio Gomes e Suely de Melo
Fotografia: Mário Mujetes (Editor) e Santos Samuesseca
Secretária de redacção: Rosa Ngola
Paginação: Edvandro Malungo e João Vumbi

Revisores: Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló
Colaboradores: Cândido Mendes, EY, Mário Paiva e Pedro Narciso
Propriedade e Distribuição: GEM Angola Global Media, Lda
Tiragem: 00 **Nº de Registo do MCS:** 765/B/15
GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração: Geralda Embaló e Evaristo Mulaza
Assistente da Administração: Geovana Fernandes
Departamento Administrativo: Jessy Ferrão e Nelson Manuel

Departamento Comercial: Geovana Fernandes
Tel.: +244941784790-(1)-(2)
Nº de Contribuinte: 5401180721
Nº de registo estatístico: 92/82 de 18/10/82
Endereço: Avenida Hoji-Ya-Henda, 127, Marçal, Luanda-Angola; 222 320511 Fax: 222 320514
E-mail: administracao@gem.co.ao; comercial@gem.co.ao

A semana

3 PERGUNTAS A...

BRÁULIO MARTINS,
presidente da Câmara de Comércio e Indústria Angola-Emirados Árabes Unidos

Qual foi o objectivo da visita ao Dubai?
O foco foram os encontros que tivemos, primeiro com a Câmara de Comércio do Dubai, tendo sido recebidos por altos responsáveis desta entidade. Eles apresentaram os projectos e planos que pretendem desenvolver em parceria no nosso país.

Que projectos são estes?
Assinámos acordos com a Bizzmosis, uma entidade de promoção de investimentos que representa um universo de 500 mil empresas nas suas plataformas, algumas das quais interessadas em investir em Angola no âmbito do Prodesi, em sectores como agricultura, tecnologias e infra-estruturas. A CEO desta gigante empresarial, Marianna Bulbuc, manifestou-se muito receptiva. Explicámos as oportunidades de negócio em Angola.

E o que mais houve?
O embaixador Albino Malungo recebeu com agrado todas as nossas iniciativas. Mostrou-se muito empenhado em apoiar e desenvolver as relações económicas entre os dois Estados. Notámos que não está parado no tempo e tem levado ao conhecimento dos diferentes players sediados nos Emirados as iniciativas do Governo para atrair cada vez mais investidores.

06 TERÇA-FEIRA

A petrolífera italiana Eni anuncia a descoberta de um novo poço de petróleo leve em águas profundas no Bloco 15/06, estimando reservas entre 200 e 250 milhões de barris, no local.

07 QUARTA-FEIRA

A Sonangol anuncia a pré-qualificação de 27 empresas, entre 34 avaliadas, para participarem do concurso internacional, limitado por convite, para a importação de combustíveis.

05

SEGUNDA-FEIRA
Trabalhadores do Banco de Poupança e Crédito (BPC) seleccionados para afastamento pedem a suspensão dos despedimentos colectivos, até que se chegue a acordo, com vantagens mais equilibradas entre as partes.

08 QUUITA - FEIRA

O Presidente da República manifesta o desejo de Espanha continuar a ser um "parceiro fundamental no desenvolvimento de Angola", garantindo que decorrem esforços para liquidar todas as dívidas, "devidamente certificadas".

09 SEXTA - FEIRA

Delegações de Angola e da Rússia discutem, em Luanda, mecanismos para a dinamização do comércio bilateral e o aperfeiçoamento da moldura institucional e jurídica da cooperação entre os dois países.

10 SÁBADO

A economista angolana Juliana Evangelista Ferraz apela os cidadãos a evitarem ou reduzirem os actos que fomentam a economia informal em Angola, dedicando-se a actividades organizadas passíveis de impulsionar o desenvolvimento do país.

11 DOMINGO

O embaixador de Espanha em Angola, Manuel Ruigómez, afirma que o seu país está atento a África e elegeu como prioritários um conjunto de cinco países entre os quais Angola, que o primeiro-ministro espanhol, Pedro Sánchez, visitou na última semana.

COTAÇÃO

PETRÓLEO SOBE...

O petróleo começou a semana no verde, recuperando das perdas acumuladas na semana anterior. O brent, referência às exportações angolanas, registou ganhos de 0,48%, ao negociar as entregas de Junho nos 63,25 dólares. Já o WTI assinalou ganhos de 0,61%, ao negociar as entregas de Maio nos 59,68 dólares.

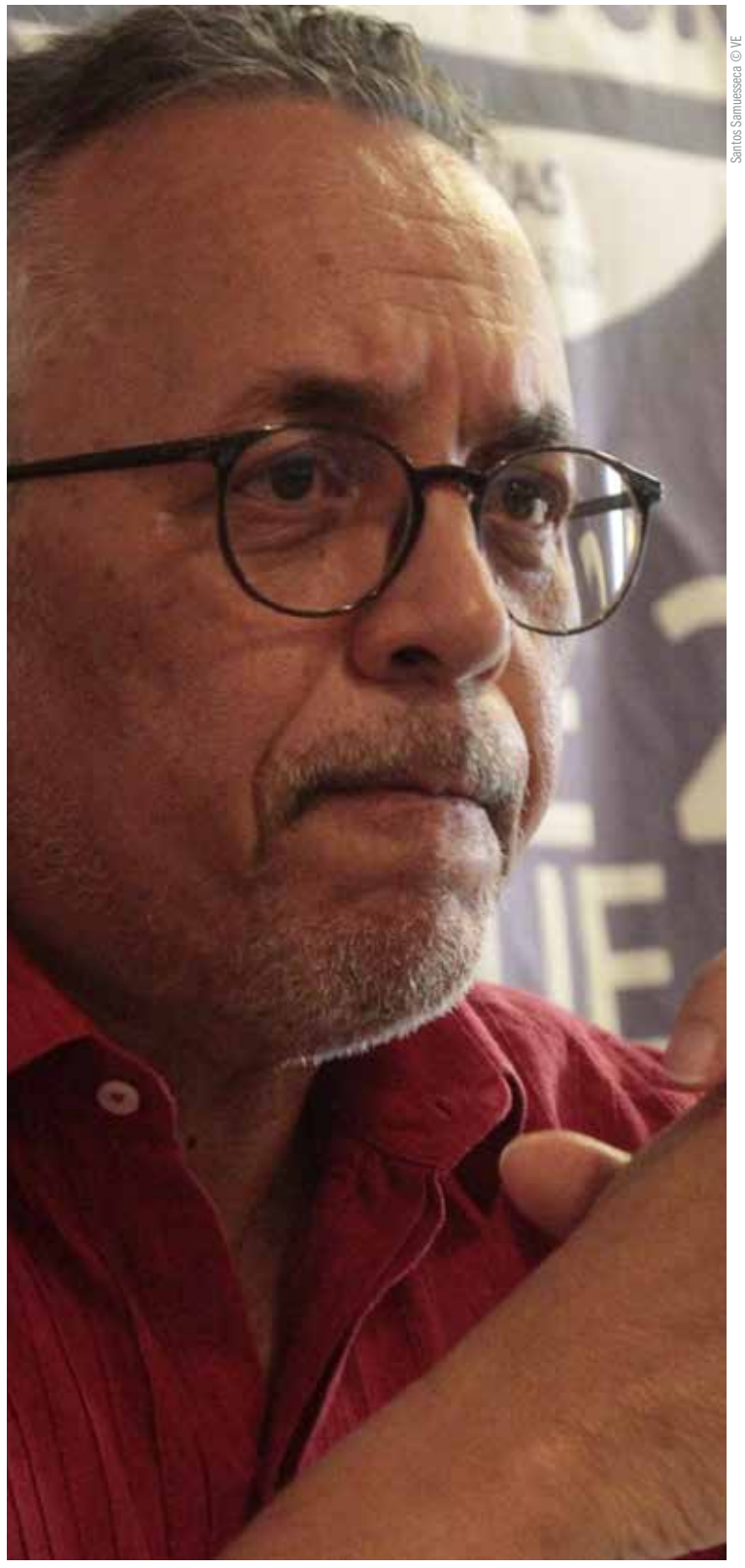
OURO, PRATA E COBRE EM QUEDA...

Os minérios iniciaram a semana no vermelho. O ouro caiu 0,97% para os 1.727,85 dólares por onça troy as entregas de Junho. Já a prata recuou 2,29%, ao negociar nos 24,745 dólares por onça troy as entregas de Maio. Finalmente, o cobre quedou 0,56%, nas entregas do mesmo período, negociando a 4,0172 dólares por libra-peso.

Entrevista

JOSÉ CARLOS BETTENCOURT, ANTIGO SECRETÁRIO DE ESTADO DA AGRICULTURA E PESCAS

"Política é resolver a fome das pessoas, dar emprego, não é papel bonito, plano bonito"



Santos Samuesseca © VE

Saiu do Governo pelo próprio pé, em "desacordo total" com o actual ministro. Ainda assim, elogia a política governamental, mas crítica a forma como a executa, condenando a procura de "imediatismos de resultados". José Carlos Bettencourt foi secretário de Estado da Agricultura de Janeiro de 2019 a Julho de 2020 e hoje olha para a agricultura com optimismo, sem dúvidas de que será o 'petróleo verde'. Apoia as restrições à importação de produtos alimentares e nem está preocupado com a OMC e entende que é "um preciosismo" a forma como se olha para o decreto que proíbe a importação de produtos em sacos com mais de 25 quilos.

Por Isabel Dinis

Que agricultura temos em Angola?

Uma agricultura promissora. Com tudo para ser a base do desenvolvimento do país e desempenhar o seu verdadeiro papel, contribuir para a melhoria das condições de vida da população, contribuir para a redução significativa das importações, particularmente nos bens alimentares. Ser o suporte da indústria transformadora. Precisamos é de corrigir as coisas menos boas inerentes ao contexto, à situação que vivemos, às decisões que tomamos.

Que coisas menos boas são essas?

Temos de ter foco. Não podemos querer fazer tudo ao mesmo tempo. Roma e Pavia não foram feitas num dia. Tem de se definir prioridades. A agricultura é milho, soja, feijão e arroz. Na pecuária, é avicultura e suinicultura. Para ter bovino, suíno, tem de se ter milho para fazer ração. Não posso dizer que temos de nos dedicar à agricultura e a pensar na exportação. Tenho de alimentar o povo cá dentro primeiro. Não tenho de olhar para a fronteira.

Mas tem-se olhado para a fronteira. As metas têm sido pensadas no que Angola pode exportar...

Mas não tem de ser assim. Tenho de dar de comer à população. Tenho de dar emprego. A exportação é um objectivo, mas não é o foco. Temos de ser auto-suficientes. Isso é um problema de segurança nacional. A maior parte da nossa população é jovem e muitos precisam de emprego. Emprego não se encontra na função pública. São os empresários e empresas que criam empregos. Onde é que se necessita de mão-de-obra em quantidade? Na agricultura.

Se fizer uma pesquisa rápida pela juventude percebe-se que poucos jovens olham para a agricultura como um emprego. Como de deve passar a mensagem de forma diferente?

Quando passarmos a mensagem de que ser auto-suficientes, do ponto de vista alimentar, é um desígnio nacional e é a segurança da nossa terra. Quando começarmos a passar para a população que a agricultura é um sector importante. Como posso convencer um jovem a ir para a agricultura quando tenho três sectores no meio rural – agricultura, saúde e educação – e nos três o que ganha pior é a agricultura? O que

> *Os terrenos agrícolas, quase todos, têm dono. Mas a esmagadora maioria das terras está em total abandono.*

faço quando tenho um curso ligado à agricultura? Vou dar aulas porque ganho mais do que ser técnico de agricultura. "Eu resolvo os meus problemas com o Porto de Luanda e do Lobito", foi esta mentalidade que passámos ao longo de 40 anos. Que a solução alimentar do nosso país está nos portos e não na terra. Quando fizermos o que os outros países fizeram, em que a solução dos problemas económicos está no campo, as pessoas começam a olhar com motivação, com vontade e com interesse. De 2017 para cá, mudou-se a conversa. A tendência das pessoas foi virar-se para o campo. Começaram a olhar para a agricultura. Quando veio a pandemia, o que se disse é que íamos passar fome. Passou-se fome? Não. Porque o trabalho dos últimos dois a três anos deu resultados.

Já se pode falar em verdadeira produção nacional?

Claro que sim, o que se produz é uma verdadeira produção nacional. Já temos uma série de culturas cuja produção pode satisfazer grandemente as nossas necessidades, outras ainda não são suficientes. Ainda precisamos de trabalhar muito, precisamos de muito mais pragmatismo para a satisfação na plenitude das necessidades de consumo.

Quando poderemos atingir a auto-suficiência alimentar ou estar, pelo menos, perto disso?

Estamos a caminhar para a auto-suficiência alimentar. Neste último ano, fruto do trabalho de anos anteriores, tem-se visto a produção nacional de bens alimentares aumentar, em diferentes culturas. Foi possível reduzir a importação em valores interessantes (2019 e 2020). A importação actual de bens da cesta básica anda pouco acima dos 1.000 milhões de dólares por ano, contra os 3,2 mil milhões dos anos anteriores. Produtos como a farinha de milho (fuba), feijão, ovos, batata-doce, batata inglesa, cebola, cenoura, frutas diversas, carne de vaca e caprina deveriam ser cuidadosamente observados e tomadas medidas de protecção e estímulo à produção nacional. Por via da redução, ou mesmo suspensão de importação, e aplicação de taxas suplementares cujos resultados daí obtidos seriam encaminhados para medidas de investimento, de funcionamento e de reforço no aumento da produção, ou ainda no fomento da produção de arroz, soja, avicultura, suinicultura e bovinicultura de leite em que o défice é ainda gritante. Este investimento deverá estender-se também para toda a cadeia, desenvolvendo tecnologia e valor, promovendo emprego e riqueza.

Para a implementação desta estratégia, é fundamental uma base robusta de informação nos diferentes domínios: produção, comércio, consumo, importações. Isso implica a criação de um Observatório Agrícola em estreita colaboração com o INE.

Como avalia os investimentos no sector agrícola?

A dotação do OGErondaos 1,8%. A participação do investimento público deve ser bem mais alta, como também o investimento privado nacional, o IED está ainda muito aquém do desejado. Temos de melhorar a nossa estratégia de marketing para trazermos mais e melhor investimento estrangeiro. Temos de ter um olhar mais positivo para o sector, mais ambicioso, mais realista e com mais objectividade. Temos de olhar para o homem, melhorar as suas condições, remunerá-lo bem melhor, dar-lhe maior dignidade, melhorar a sua formação técnica e académica, dar maior importância à pesquisa e desenvolvimento, fortalecendo o investimento e os recursos necessários e colocá-los ao serviço do produtor, do camponês, do empresário agrícola. São aspectosbásicos e fundamentais para alavancar o sector.

E com isso tudo, podemos atingir a auto-suficiência alimentar?

O investimento nunca é suficiente, precisamos de saber utilizá-lo bem, aplicá-lo onde é verdadeiramente necessário. Definir bem as prioridades. O problema da produção não depende somente do investimento. É importante sim, mas uma boa política e estratégia são fundamentais. Temos um enorme potencial na cultura da mandioca. É indispensável investir na cadeia de valor e na produção de milho. O milho é determinante para a alimentação humana e animal e uma matéria-prima básica para a indústria de alimentos, bebidas, combustíveis, química, entre outras. Logo, deve ter uma atenção especial. Deveremos estipular metas de produção anuais, traçando estratégias concretas para aumentar a produtividade, passar dos 0,5-0,8 ton/ano para quatro toneladas por hectare como média nacional, nos próximos dois anos. O consumo 'per capita' de milho tem vindo a aumentar de ano para ano, sendo, com dados de 2017, cerca de 57,0 kg/ano. As nossas necessidades rondam os 1,8 milhões de toneladas. É para aí que temos de trabalhar.Atrásdo milho, vêm culturas obrigatórias como a soja (1,2 milhões de ton/ano), feijão (200 mil ton./ano), arroz (450 mil ton/ano), açúcar (400 mil ton/ano), avicultura de corte (320 mil ton/ano), ovos (9 biliões de ovos/ano). Fixar metas de produção anuais e trabalhar para alcançá-las. Com estas culturas e estas produções, resolveríamos o problema da alimentação básica, promovíamos o aumento da produção pecuária, melhoraríamoso fornecimento de proteína animal à população, aumentaríamos o emprego e criaríamos riqueza.

Angola tem perspectivas de subvencionar a agricultura e pescas, mas o processo está entre avanços e recuos. A subvenção é a melhor forma de ajudar os produtores?

O subsídio à agricultura é imprescindível e será fundamental para o desenvolvimento da agricultura. Subsídios à produção, ao crédito, ao transporte, aos combustíveis, à exportação, enfim, devem ser vistoscaso a caso. É fundamental haver subsídios ao sector.

Perfil

Uma vida na e pela Agricultura...

José Carlos Bettencourt já exerceu vários cargos no Ministério da Agricultura e Pescas. Foi secretário de Estado entre 2019/2020. Antes, foi director nacional da Agricultura. Tem 65 anos e é casado. É doutorado em Agro-negócio e Sustentabilidade pela UTAD - Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e pela Universidade de Évora, em Portugal. E é licenciado em Engenharia Agrónoma, em Cuba. Foi também director do projecto 'Fazenda Pedras Negras' e director-geral adjunto em comissão de serviço na Sociedade Aldeia Nova. Viveu sete anos em Cabo Verde, onde desempenhou funções na Câmara Municipal de São Vicente.

> *O Governo tem uma ideia muito concreta sobre agricultura, mas está a ser mal executada em muitos aspectos.*

Santos Samuesseca © VE

Quando a agricultura vai contribuir significativamente para o PIB?

Num país produtor de petróleo e diamantes, fica difícil avaliar um sector como a agricultura, pelo valor absoluto do PIB. Parece-me talvez mais oportuno rever a fórmula de cálculo. Provavelmente, será mais importante determinaro PIB do agronegócio e não do da agricultura somente. Talvez ficássemos com uma ideia mais próxima do peso que o agro-negócio poderá vir a ter no PIB nacional, a sua importância e como poderia contribuir significativamente para a melhoria das condições de vida das populações e do IDH. Mais importante, por agora, é criar valor económico, riqueza e emprego.

O escoamento continua a ser um dos principais problemas por causa da degradação e da falta das vias. Como se pode colmatar este problema?

É fundamental para o aumento da produção. Deveremos olhar para o escoamento de forma mais estruturante. Escoamento não pode ser visto somente como transporte de mercadorias do local A para o B. É necessário considerar todo o aspecto logístico. As cadeias de distribuição devem ser ágeis, eficientes e de baixo custo. Deve-se ter armazéns, sistemas de frio, embalamento e acondicionamento do produto no transporte e locais de comercialização dotados de mínimas condições. As vias de comunicação, nacionais, secundárias ou terciárias, jogam aqui um papel fundamental. Temos uma série de infra-estruturas, de armazenamento, de beneficiamento e de frio, espalhadas pelo país que podiam e deveriam ser utilizadas para o escoamento, conservação dos produtos agrícolas e distribuição apreços mais acessíveis ao consumidor. Infra-estruturas feitas com dinheiro do Estado.

É compreensível que regiões como a Huíla ou Benguela tenham produtos a estragar-se por falta de escoamento?

É claro que não. Mas as razões são de índole estrutural, técnico e também por problemas culturais. Algumas das infra-estruturas estão nessas províncias e não são utilizadas...

Continuação na página 6

Entrevista

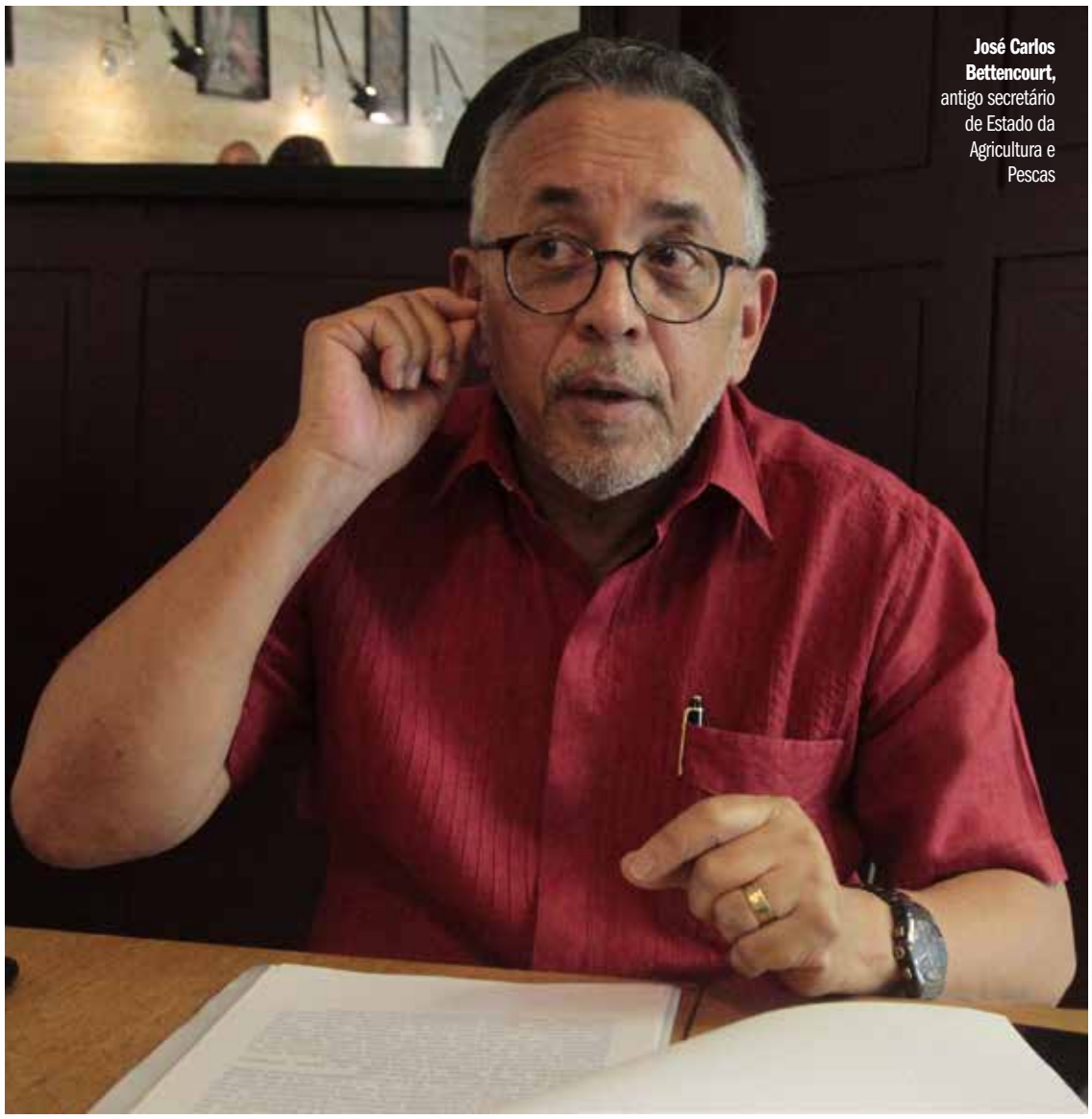
Continuação da página 5

Concorda com a proibição de se importar produtos embalados, em embalagens de 25 a 50 quilos? É uma forma de fomentar a produção nacional?
Não conheço o dossier. Mas, visto à distância, acho sinceramente que não. Parece-me ser um preciosismo. Há muitos outros aspectos, muito mais importantes e abrangentes de política comercial, que urge resolver e tratar... não conheço o estudo.

Porque é que lhe chama preciosismo?
Alguém falou e vamos. São os problemas. Temos de olhar para floresta. Passamos o dia todo a olhar para nossa árvore. Quando olhei para esta medida disse logo: lá se vai o decreto 23/19.

Pode, de alguma forma, estar a violar os acordos com a OMC?
Embora defenda o princípio de que deveremos respeitar e cumprir os acordos internacionais, é o que menos me preocupa. Mais importante é saber qual será o impacto junto dos empresários nacionais e do consumidor final. Será que é assim tão importante para a actividade comercial? Irá revolucionar o quê? Qual será o custo que o consumidor final irá pagar? Pergunto-me qual será o impacto dessa medida comparada com a importação de fuba de milho? De farinha de trigo? De açúcar? De óleo vegetal? De óleo de palma? De sal refinado? etc., etc., etc. Termos condições de produzi-los no país, de forma competitiva e concorrencial, deve ser o nosso propósito.

A proibição de se limitar a importação de vários produtos, nomeadamente os da cesta básica, é uma boa medida?
Nunca foi proibida a importação de produtos da cesta básica. Há aqui uma tendenciosa má interpretação do Decreto Presidencial (23/19). A restrição foi muito bem-vinda. O resultado está à vista. O aumento da produção interna de bens alimentares, como milho, batata-doce, mandioca, sal, carne de vaca, ovos, frutas, batata, cebola, cenoura, hortícolas, foi um facto. Viu-se no produtor agrícola a alegria e a vontade de produzir, os resultados foram evidentes.Muito provavelmente as medidas acessórias de sustentação do decreto não tenham sido implementadas com a mesma celeridade. É necessário que se trabalhe sobre o decreto, afinando o sistema, corrigindo aspectos menos claros, aligeirando os procedimentos e outras questões.



José Carlos Bettencourt, antigo secretário de Estado da Agricultura e Pescas

Santos Samuesseca © VE

Mas há parceiros, como os EUA e a Rússia, que dizem que o decreto está feito de forma errónea e que tem informações confusas...
Faço parte da equipa que trabalhou no decreto 23/19. Eu e o ministro da Economia e Planeamento, Sérgio Santos, somos as pessoas que pensaram no decreto 23/19. A redação do decreto tem problemas. É como tudo na vida. Como é que eu faço o decreto 23/19 e permito a importação de farinha de trigo? Se lhe disser que as moageiras têm capacidade para moer acima do nosso consumo...

Têm?
Têm. As Grandes Moagens têm capacidade para 1.200 toneladas/dia. A Kikolo tem capacidade para 500 a 600 toneladas/dia.Temos outras fechadas. Porque é que não colocam estas mogareiras a funcionar? Temos moageiras na Estalagem e no Lobito fechadas. Temos uma nova em Cabinda que não funciona. Depois dizem que não funciona que não temos emprego. A OMC não dá emprego. Se importar o grão de trigo e colocar estas moageiras a funcionar, não satisfaço as necessidades? Olha o caso do óleo vegetal. O decreto não diz para suspender. Não podemos. O decreto diz que temos de criar condições para transformar as leguminosas e oleaginosas e produzir óleo. Ou importar o bruto e refinar em Angola. Invés de estarmos preocupados com os 'bigbags' e a OMC, temos de estar preocupados em como substituir a importação do óleo em embalagens de 1 a 5 litros.

Não é mais fácil impor barreiras alfandegárias em vez de se restringir ou proibir e sofrer pressões de parceiros?
Perde-se tempo com questões assessórias. Se disser que reduzi a importação de farinha em 100 mil toneladas, mas aumentei a produção de trigo em 200 mil toneladas o que é que a OMC vai dizer? Tudo depende da nossa estratégia de implementação. Agravámos as taxas aduaneiras da importação da farinha de trigo e da fuba de milho. Se não se for rigoroso na decisão, vai aparecer alguém a isentar a fuba de milho da importação. A maior parte da fuba de milho ia para o Congo. Isso é disponibilizar divisas para a importação de fuba de milho para vender para o Congo. Há países que me disseram que fizeram fábricas de fuba para fornecer para Angola enriquecida com vitaminas. O que vamos fazer das nossas fábricas? O que perguntei foi porque é que eles não criaram a fábrica em Angola e davam emprego em Angola e melhores condições. Deram emprego e riqueza lá. O decreto 23/19 era para ser um decreto regulador. E era para meia dúzia de produtos.

Às vezes, as pessoas querem ser mais papistas que o Papa. O decreto do 'bigbags' é a mesma coisa. As pessoas têm de estudar e olhar para o país.

A qualidade é o segundo tema daquilo que é produzido em Angola…
Quando se fala de qualidade, coloco as mãos à cabeça. É falso o problema. É o tal problema de as pessoas olharem para árvore.

Temos, por exemplo, a falta de alguns produtos no mercado cuja importação, segundo distribuidores, está vetada por causa do decreto 23/19…
A orientação que tinha sido dada é que, a partir de Abril, ficava suspensa a importação de batata e cenoura. De Abril até Setembro, suspende-se a importação da batata. O processo de importação leva três meses. A autorização da importação da batata de Abril chegaria em Junho. O que quer dizer que teria batata em Junho e Julho. Em Agosto, colhe-se a batata. Em Julho e Agosto, consome-se batata nacional e não havia importação. Em função da produção nacional, abria em Outubro ou em Novembro. E a batata estaria a chegar em Janeiro. Que é a altura que não temos produção nacional. Isso é gestão. Quando digo que não se importa, não estamos a cumprir o decreto 23/19. Estamos a cumprir uma coisa qualquer.

Nem internamente o decreto foi entendido?
Com certeza. As pessoas não o conhecem.

Não devia ser feito um trabalho de comunicação, de explicação, antes de ser implementado?
Às vezes, as pessoas querem ser mais papistas que o Papa. O decreto do 'bigbags' é a mesma coisa. As pessoas têm de estudar e olhar para o país. As pessoas não estudam, não lêem. Aposto que há pessoas que decidem sobre este decreto, mas nunca leram o decreto.

Quando foi criado o decreto não houve um tempo para uma discussão interna?
Houve. O decreto levou um ano para sair. Começámos em 2018. Ainda

> *"O seguro agrícola é indispensável para o desenvolvimento da agricultura. Compreendo a razão pelo qual ainda não se implementou."*

era assessor do antigo ministro. Toda a lei é boa ou má em função da forma como é implementada.

Não se sente mal quando vê o decreto a ser mal interpretado?
Sinto. Tive muitos problemas com os meus colegas por isso. Expliquei aos colegas. Mandei fazer mapas, calendários. Pedi para lerem, ouvirem, visitarem fazendas e não se acomodarem. Mas infelizmente as condições não são boas. Não têm transportes, combustíveis, o salário é mau. O problema é que, muitas vezes, colocamos a política à frente destes problemas. Política é resolver a fome das pessoas. Dar emprego. Não é papel bonito, plano bonito.

A agricultura e pescas têm sempre bons projectos, mas falham na execução. Qual tem sido o problema?
No papel, é tudo muito bonito. O Excel aguenta tudo. O problema é precisamente esse... implementar. Se não se colocar as pessoas certas nos lugares certos, torna-se um problema. Tudo falha. Há outros que também ajudaram a enterrar esses projectos. Um deles foi a importação, o nosso maior cancro. Angola não pode continuar a falhar assim. Há necessidade urgente de se fazer o diagnóstico real das razões por que falharam esses projectos. Enumerar as deficiências do processo. Identificar o 'bottleneck', em cada um dos casos e ter a capacidade e vontade de corrigir.

Encontra razões para não haver ainda o seguro agrícola?
O seguro agrícola é indispensável para o desenvolvimento da agricultura. Compreendo a razão pelo qual ainda não se implementou. Há pressupostos que são fundamentais para que o seguro seja uma realidade e ainda não estão criados. Criar-se um seguro agrícola por decreto e depois não se aplicar é melhor não fazer nada. Há questões como a legalização da propriedade, o título do terreno, o recenseamento agro-pecuário e pescas, entre outros, que devem ser resolvidos.

Algumas seguradoras culpam o Governo por o seguro estar paralisado. Têm razão?
Percebo perfeitamente. Mas é necessário trabalhar em questões fundamentais a montante e a jusante dos seguros. Caso contrário, não há dinheiro que chegue, correndo o riscode poder vir a ser mais um custo para o produtor e de não desempenhar o verdadeiro papel para o qual foi criado e não ter os efeitos que todos esperamos.

O Governo deveria criar um fundo de garantia para suportar o seguro agrícola?
Sim, deveria, mas de quanto? Quem é capaz de calcular o valor? Alguém é capaz de dizer quantas propriedades agrícolas temos? Quais as áreas registadas efectivamente? Que culturas? Quantas cabeças de gado bovino existem? De caprinos? De suínos? Aves? Não se faz um censo agro-pecuário desde 1971 ou 72. São muitas as interrogações, ainda há muitos outros aspectos que são fundamentais resolver, como a zonagem agrícola e normas técnicas a cumprir. Um dos pressupostos está em fase de conclusão, o RAPP. Uma ferramenta extremamente importante para a definição de políticas.

Os bancos deveriam dar mais crédito à agricultura, ou não têm condições para isso?
O crédito é fundamental para o desenvolvimento da agricultura, como de qualquer outra actividade económica. O financiamento é um dos maiores estrangulamentos do agro-negócio, seja numa abordagem de microcrédito, seja a empresas familiares ou de estruturas empresariais de maior dimensão. Apela-se para uma maior sensibilidade das entidades financeiras à especificidade do projecto e a necessidade de uma avaliação não meramente financeira, mas simultaneamente técnica do negócio.

Como se deveria convencer os bancos disso?
Com bons projectos. A função dos bancos é comprar bem e vender muito melhor. Temos de distinguir aqui duas coisas: a banca comercial e os bancos de desenvolvimento. O que precisamos efectivamente é de um banco de desenvolvimento ou de fomento ou de crédito que possa apoiar o desenvolvimento da agricultura, com financiamentos bem direccionados, como para infra-estruturas não reprodutivas, estruturantes e indispensáveis para o avanço da agropecuária, por um lado, como equipamentos, infra-estruturas de armazenamento, em insumos, com condições aceitáveis para os promotores. Outro veículo de financiamento tem que ver com os mecanismos anexos ao Minagrip, como é o FADA, que também devem estar operacionais, dotados de recursos financeiros necessários para linhas especiais de apoio à agricultura camponesa, crédito de campanha, microcrédito e crédito de cultura. Deveremos também ter a consciência de que o investimento na agricultura é de alto risco, tanto para o investidor como para o financiador. É imprescindível o conhecimento técnico e o acompanhamento de suporte por instituições de pesquisa e a academia.

Algum dia, a agricultura será uma espécie de 'petróleo verde'?
Tenho a certeza do que mais cedo do que se pensa será o 'petróleo verde', mas de forma muito mais saudável, muito mais amiga do ambiente, com benefícios para a grande maioria da população e muito mais equitativa.

Quando foi secretário de Estado, sentiu um verdadeiro interesse por parte do Governo em fazer uma aposta real na agricultura?
Interesse houve sempre por parte do Governo, que sempre considerou o sector estratégico. Estávamos todos muito mais engajados, motivados e sobretudo comprometidos. Sentia-se no ar essa vontade. A forma actualde implementação da estratégia é que está em contramão.

E por parte dos empresários?
Acho que sim, mas eles, melhor do que eu, poderão dizê-lo. Mas sempre foram colaborativos e tive sempre a melhor relação com eles. Sempre pensei e penso que os empresários agrícolas são um elo fundamental para o desenvolvimento do sector. É imprescindível que sejam parte activa do processo.

Existem bons empresários agrícolas?
Existem, sim. Sem dúvida. Há que louvá-los pelo esforço, sacrifício, pelo que passam para poderem ter um 'profit', manter o fogão aceso para dar de comer à família e despesas básicas, como escola dos filhos e manterem a sua dignidade. Ser empresário agrícola em Angola não é fácil, porque na maior parte dos casos não é valorizado. Tenho um respeito muito grande pelo nosso produtor agrícola, camponês, familiar ou empresarial. Merecem o meu maior respeito e consideração.

No papel, é tudo muito bonito. O Excel aguenta tudo. O problema é precisamente esse... implementar. Se não se colocar as pessoas certas nos lugares certos, torna-se um problema.

Temos de ser auto-suficientes, isso é um problema de segurança nacional.

O financiamento é um dos maiores estrangulamentos do agro-negócio, seja numa abordagem de microcrédito, seja a empresas familiares ou de estruturas empresariais...

Não deveria haver medidas excepcionais para quem tem fazendas ao abandono?
É evidente que sim. Angola não se pode dar ao luxo de ter terras abandonadas, quando temos um nível de pobreza elevado. Osterrenos agrícolas, quase todos, têm dono. Mas a esmagadora maioria das terras está em total abandono. Muitos são agricultores de fim-de-semana, fazem da agricultura um 'hobby'.

Concorda com a actual política do Governo virada para a agricultura?
Concordo. O Governo tem uma ideia muito concreta sobre agricultura, mas está a ser mal executada em muitos aspectos. Como para preparar estratégias e definir políticas, deve ser sempre um trabalho em parceria, a sua execução também assim o devia ser. Devia considerar os agricultores, técnicos, comerciantes e industriais, na convicção de que o Estado deve ter uma intervenção regulatória e defensora do equilíbrio, no propósito de ser um facilitador e defensor do interesse nacional.
Precisamos de mais extensão rural, de melhores recursos humanos, de melhor e mais formação, de melhorar a distribuição dos insumos agrícolas e a assistência técnica ao agricultor, criar melhores condições ao investimento privado nacional e estrangeiro, reduzir burocracia na aquisição de terras e estar mais presente nas decisões. É importante cumprir objectivos e atingir metas. Procurar imediatismos de resultados é condenar a estratégia ao fracasso.

Já pode revelar o que motivou o seu pedido para sair do Governo?
Em total discordância com a estratégia do titular da pasta.

Depois de anunciar que não queria continuar, foi pressionado a recuar?
Pressionado não, não fui. Foi-me pedido para reconsiderar a decisão.

É difícil ser secretário de Estado?
Não, de todo. Para mim foi uma honra ter sido secretário de Estado. É sempre gratificante servir a pátria quando somos chamados e fi-lo com lealdade, zelo, dedicação, humildade e com espírito de missão.

Um secretário de Estado tem autonomia para executar políticas? Ou aplicá-las?
A autonomia depende muito da forma como é constituída a equipa e de quem coordena essa equipa. É preciso saber olhar para a floresta e ajudar a resolver os problemas e não estar preocupado com a árvore do meu quintal, se está, mais ou menos, desenvolvida do que as outras. Essas funções são para serem exercidas em equipa. O segredo da função está em saber constituir a equipa, saber ouvir e agir em benefício dos agricultores e de Angola.

Economia/Política

PREÇOS DISPARAM

Falta de **cenoura abre 'guerra' entre supermercados e Ministério** do Comércio

PRODUÇÃO. Preço da cenoura subiu, em dois meses, quase 10 vezes. Com as chuvas, não há produção. Supermercados solicitam importação, mas estão a ser travados pelo Ministério do Comércio, por causa das restrições.

Importadores reconhecem que antes das chuvas produção interna responDia a procura.

Mário Mujetes © VE

Por Isabel Dinis

Muitos supermercados, em Luanda, registam nos últimos tempos escassez de cenoura. A culpa, acusam os distribuidores, é do decreto que aprova o Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações (Prodesi), que privilegia a produção nacional em detrimento dos produtos importados.

Alguns consumidores culpam os supermercados pela falta de um dos legumes mais consumidos pelos angolanos. O preço do produto disparou. Há lojas em que um quilo, que ainda há dois meses custava 300 kwanzas, passou a custar 5.500.

Alguns importadores, ouvidos pelo VALOR, dão conta que, nesta fase do ano, os produtores nacionais não conseguem produzir cenoura por causa da época chuvosa. "A cenoura planta-se em campo aberto e por isso não resiste às águas das chuvas. A batata rena também, ao contrário do tomate que pode ser produzido em estufas", esclarece um importador.

Os distribuidores apontam a importação como um dos caminhos para "contrabalançar" a escassez nesta época do ano, mas culpam o Ministério do Comércio e Indústria por criar entraves. "As licenças de importação de cenoura foram limitadas ou totalmente inibidas. Não há uma proibição declarada. Não é proibido importar, mas não nos dão licença para importar", queixa-se um responsável de um dos maiores supermercados de Luanda. De acordo com o mesmo, o Ministério desculpa-se com a produção nacional. "E, de facto, havia, mas quando acontece isso… é uma chatice", lamenta.

MEMORIZE

- Combinação entre a chuva e **o decreto 23/19, que** visa estimular a produção interna, provoca escassez de cenoura e o preço disparou de 300 para mais de 5 mil kwanzas.

Outra responsável de um outro supermercado confirma que o problema da falta de cenoura tem que ver com as restrições à importação. Também aponta o dedo ao Ministério do Comércio e Indústria que tem recusado aprovar o pedido de licenciamento para a importação de cenoura. "O Ministério da Agricultura até já aprovou a importação de cenoura, ao aprovar o pedido de licença de importação, mas o Minco recusa-se a aprovar o pedido", conta

No caso, o supermercado tem um pedido há mais de um mês que não é aprovado.

COMÉRCIO ADMITE ESCASSEZ, MAS NEGA PROIBIÇÃO

O Ministério do Comércio e Indústria admite que há escassez de cenoura no mercado interno, por causa da época chuvosa, mas nega que haja um veto à importação.

Segundo a pasta, com base no decreto 23/19, que fundamenta o Prodesi, os distribuidores devem acautelar esta situação com "contratos futuros", com os produtores locais. "O decreto não proíbe nada. Não é bem verdade que o Ministério não está a licenciar. O decreto visa apenas incentivar e proteger a produção nacional", defende fonte do Comércio.

No momento, garante, não há qualquer pedido de licenciamento de importação de cenoura e coloca "as mãos no fogo se algum distribuidor conseguir provar o contrário". "Estamos a admitir tudo desde que obedeçam ao estabelecido na lei", remata.

LAWRENCE CHALUNGUMANA, embaixador zambiano em Angola, anunciou esta segunda-feira a possibilidade de assinatura ainda este ano de um memorando para a construção do pipeline. O diplomata fez esta afirmação no final de um encontro o ministro dos Recursos Minerais, Petróleos e Gás, Diamantino Azevedo.

PROMESSA DO MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS

Meios abandonados nos parques do INEA serão recuperados

MÁQUINAS. Fonte do Inea coloca governos provinciais entre os culpados pela degradação dos meios e lamenta por muitos estarem "paralisados por pequenas avarias", fáceis de solucionar.

Por Guilherme Francisco

MEMORIZE

● **As máquinas** encontram-se nos parques do Inea na Filda e no KM 30 e a recuperaçao está prevista para este ano, no âmbito do programa de investimentos públicos.

As máquinas que se encontram em estado de abandono, nos parques do Instituto Nacional de Estradas de Angola (Inea) na Filda e no KM 30, devem ser recuperadas este ano, no âmbito do programa de investimentos públicos, apurou o VALOR de fonte ministerial.

Imagens recentemente divulgadas nas redes sociais davam como novas e subaproveitadas dezenas de máquinas, entre retroescavadoras, cilindros e tractores, nos parques do Inea, mas fonte do Ministério das Obras Públicas e Ordenamento do Território (Minopot) assegura tratar-se de máquinas velhas e avariadas. "São problemas velhos, não vêm de hoje, são da antiga gestão", refere, atribuindo o atraso na reparação dos meios à covid-19, que "fechou o mercado internacional desde o ano passado".

Contrariando a fonte ministerial, outra fonte do Inea garante que, entre os meios que se encontram nos dois parques, há muitas máquinas e camiões novos que são retirados, às vezes, para destinos desconhecidos. "Às vezes vêm buscar, não sabemos o destino concreto", explica, ao mesmo tempo que confirma, conforme denúncia pública, a pilhagem dos equipamentos, inclusive de peças e sobresselentes.

Garantindo que nem todas as máquinas são pertença do instituto, sendo que muitas seencontram apenas estacionadas nos seus parques, queixa-se do facto de muito de os meios terem avarias ligeiras, ao passo que outros tantos precisam apenas de troca de pneus e de combustível. E atira as culpas também aos governos provinciais que, muitas vezes, solicitam as máquinas e só as devolvem já avariadas e sem qualquer auxílio na reparação.

PESCAS E AGRICULTURA

Subvenção ao combustível continua à espera

Mais de dois anos depois de o Governo ter aprovado a subvenção ao preço dos combustíveis para a produção agrícola e pesqueira, o projecto continua paralisado, estando o arranque dependente da concertação de vários ministérios, como apurou este jornal de fonte da Agricultura e Pescas. A atribuição deste incentivo para os dois sectores foi oficializada num decreto presidencial de 21 de Março de 2019 e era suposto entrar em vigor este mesmo ano.

No documento, assinado pelo Presidente da República, é aprovada a atribuição de um subsídio para despesas com a aquisição de combustíveis utilizados em máquinas como tractores agrícolas, debulhadoras, motocultivadores, motosserras e embarcações e equipamentos de apoio à pesca.

Em Fevereiro, após uma reunião da comissão Económica do Conselho de Ministros, o ministro da Agricultura e Florestas, na altura, Marcos Nhunga, anunciou um subsídio de 45% destinado a combustíveis para a produção agrícola.

Marcos Nhunga, actual governador de Cabinda, afirmou que a medida deveria ser implementada nos dois meses seguintes, e que apenas faltavam alguns acertos, como prevenir o risco de desvio de combustíveis para outros fins.

O decreto estipulava que os combustíveis abrangidos por este subsídio deveriam ser adquiridos ao preço final real tabelado nos diferentes postos de venda autorizados. Para beneficiar do subsídio, os interessados deviam exercer, "a título principal, uma actividade de exploração agrícola e piscatória". Os interessados também deviam estar inscritos no registo geral de contribuintes, apresentar uma candidatura para o apoio à produção e prestar serviços em explorações de terceiros, utilizando máquinas dos beneficiários, ou próprias, entre outras medidas.

Economia/Política

Desde a sua criação, em 2019, Fundo pagou 63 indeminizações.

Mário Mujetes © VE

DESDE 2009

Fundo de Garantia Automóvel gastou menos de 1% das receitas em indemnizações

SEGURO. Fundo foi criado em 2009, mas apenas um ano depois começou a pagar indeminizações. Desde a fundação, registou receitas no valor de 7,9 mil milhões de kwanzas.

Por Gil Lucamba

Mais 43,5 milhões de kwanzas (43.519.642,63) foi quanto o Fundo de Garantia Automóvel (FGA) gastou para pagar 63 indemnizações, desde que foi criado. O valor representa menos de 1% ou cerca de 0,5% do fundo acumulado, que é de cerca de 7,9 mil milhões de kwanzas.

Os dados foram fornecidos, ao VALOR, pela administração da Agência de Regulação e Supervisão de Seguros (Arseg), dando conta ainda que, em média, cada sinistrado recebeu cerca de 700 mil kwanzas (690.787, 98 kz).

Até agora, a instituição atendeu um total de 245 participações de sinistros, sendo 75 pedidos de indemnizações por morte, 167 pedidos de indemnizações por lesões corporais e três pedidos de indemnizações por danos materiais.

Face ao saldo positivo, a instituição aposta em ter aplicações em bancos e títulos de Estado, acrescentando não estar "vedada a possibilidade de aplicações em projectos empresariais especializados que lhe permitam rentabilizar as aplicações financeiras e a gestão de riscos assumidos como permite o estatuto da instituição".

A Arseg acrescenta que, enquanto entidade responsável pela gestão da carteira de activos afectos ao património do FGA, tem como princípio basilar da política de investimento o princípio da diversificação prudencial.

Grande parte da receita do FGA corresponde às taxas cobradas aos tomadores de seguros obrigatórios de responsabilidade civil automóvel e varia em função do aumento ou redução de seguros do ramo automóvel de responsabilidade civil, mas o estatuto prevê outras fontes de receitas.

O estatuto define em 5% a percentagem a favor do FGA das taxas cobradas aos tomadores de seguros obrigatórios de responsabilidade civil automóvel, "podendo, quando necessário pela evolução da situação financeira do Fundo, ser revista e fixada pelo ministro das Finanças, sob proposta do Instituto de Supervisão de Seguros, não podendo ser inferior a 3% nem superior a 74 %, a apresentar até três meses antes do fim do ano".

7,9

Mil milhões de kwanzas, receitas do FGA desde o início da sua actividade

Entre as outras fontes de receitas, estão previstos também "os subsídios, doações ou comparticipações atribuídas por quaisquer entidades nacionais ou estrangeiras", assim como "as dotações que sejam atribuídas pelo Orçamento Geral do Estado"

SOBRE O FUNDO

O Fundo de Garantia Automóvel é um fundo especializado, adstrito à Arseg, criado ao abrigo do Decreto nº10/09 de 13 de Julho, que visa satisfazer as indemnizações patrimoniais decorrentes de morte ou de lesões corporais em consequência de acidentes originados por veículos sujeitos ao seguro obrigatório, quando o responsável não beneficie de seguro válido ou eficaz ou for declarada a falência da seguradora. Em certas condições, o FGA garante o pagamento dos danos causados pelo civilmente responsável, mesmo quando não identificado.

Apesar de ter sido criado em 2009, as indemnizações apenas tiveram o início 24 meses após a data de entrada em vigor, por força do disposto no nº 2 do artigo 11.º do diploma..

Conforme resulta da lei, por se tratar de assegurar que os interesses dos lesados tenham garantia de efectiva reparação, sem estarem dependentes da capacidade financeira do causador, o FGA assume a função social e económica na reparação dos danos, sem prejuízo da possibilidade do direito ao reembolso dos valores despendidos junto do causador do sinistro.

PLANO BOSS

O BOSS É QUEM MANDA

O futuro é agora

PACOTES DE VOZ, INTERNET E/OU SMS
PERSONALIZADOS POR EMPRESA E UTILIZADOR

PARTILHA DE UTTS E CHAMADAS GRÁTIS
DENTRO DO GRUPO

500 SMS + 25MB/MÊS GRÁTIS
PARA CADA MEMBRO

LINHA DE APOIO A EMPRESAS
19 300
www.unitel.ao

UNITEL EMPRESAS

Mercados & Negócios

PARALISADAS DESDE O INÍCIO DA PANDEMIA

Agências de viagens com a 'corda na garganta'

A Aavota calcula que "as agências ainda abertas estão com uma facturação abaixo de 5%".

TURISMO. Só a Aavota contabiliza 250 empresas fechadas e mais de 2.000 desempregados desde Março do ano passado. Associação exige a atenção do Governo e alerta que as agências não têm condições para honrar com compromissos fiscais.

Por Júlio Gomes

O secretário-geral da Associação das Agências de Viagens e Operadores Turísticos de Angola (Aavota), Augusto Pedro, estima que dificilmente as suas afiliadas pagarão o Imposto Industrial referente a 2020, por causa da total paralisação do sector que se verifica desde Março do ano passado.

O líder associativo afirma que a capacidade económica dos clientes baixou drasticamente, algumas agências de viagens, guias turísticos, assim como restaurantes e hotéis são micro e pequenos negócios e, desde esta data, estão fechados. "Por isso, não sei como será pago o Imposto Industrial de 2020", lamenta Augusto Pedro, sem, no entanto, conseguir estimar o valor médio pago em Imposto Industrial.

"Não temos os números do pagamento do Imposto Industrial, mas asseguro-lhe que tínhamos agências que facturavam um milhão de kwanzas por mês, ao passo que as mais expressivas, ou seja, as de grande dimensão, podiam facturar à vontade entre dois e quatro milhões de kwanzas", calcula, manifestando-se preocupado com as possíveis consequências pelo não pagamento do imposto.

"É preciso saber se atrasar o pagamento de impostos acarreta diversos prejuízos para as agências de viagens e para todas as empresas do turismo, uma das quais é ter que se submeter a multas e taxas de juros altíssimas e outra desvantagem é a dificuldade em conseguir novos empréstimos ou linhas de crédito para o seu negócio", sublinhou, acrescentando que "as perdas serão drásticas, irreparáveis, e levarão muito tempo de recuperação".

O executivo da Aavota calcula que "as agências ainda abertas estejam com uma facturação abaixo dos 5%". E mais grave ainda é que "os investimentos, de uma maneira geral, continuam paralisados e os equipamentos estão a deteriorar-se, devido à ausência de apoios à tesouraria das empresas".

2 **Mil** postos de trabalho perdidos com o encerramento de empresas.

Destacando que "os players do sector estão à deriva", Augusto Pedro espera, no entanto, que o processo de vacinação em massa contra a covid-19 venha contribuir para o reinício do turismo. "O turismo não pode esperar", acrescenta o responsável, lembrando palavras do secretário-geral da Organização Mundial do Turismo, Zurab Pololikashvili.

"A situação provocada pela pandemia leva a uma insolvência geral da maioria dos associados", insiste o responsável da Aavota, lembrando que, "reduziu a circulação rodoviária, paralisaram os autocarros e os voos, dos poucos da companhia de bandeira estão com preços extremamente elevados". Nesse contexto, acrescentou, "não há facturação e assim o funcionamento das agências de viagens se torna incomportável".

A Aavota tem o registo de 250 agências encerradas e mais de 2.000 desempregados. Segundo Augusto Pedro, "o Governo deve olhar para o turismo como um sector estratégico da economia", porque, "para lá da empregabilidade, concorre para a arrecadação de receitas. Mas, ao ser negligenciado, deixa de honrar os compromissos fiscais e perde o Estado".

Segundo o líder associativo, um dos grandes entraves foi sempre a falta de vontade política do Governo. "Há um plano director do turismo e um plano operativo bem concebidos, mas, no meu ver, só sairão do papel, havendo vontade política, que levará a que as coisas aconteçam de forma natural. Espero que o Executivo olhe para o turismo de forma diferente para que dê passos quantitativos e qualitativos", observou.

ALÍVIO ECONÓMICO

Augusto Pedro olha também para a necessidade de um alívio económico como crucial para tirar as empresas do sufoco, defendendo que, "para a retoma do turismo em Angola, será necessário um plano estratégico de alívio económico e fiscal para acudir às empresas, sobretudo as agências de viagens". Aponta ainda que o plano deve conter a redução da carga fiscal, aprovar o perdão do imposto industrial de 2019, que deveria ser pago em 2020, e o perdão do imposto de 2020 para todo o sector do turismo por força da covid-19".

O BANCO NACIONAL DE ANGOLA autorizou, na semana passada, o pedido de suspensão da actividade de quatro instituições financeiras não bancárias, nomeadamente a Gems – Casa de Câmbios, K9 – Casa de Câmbios, Alameda – Casa de Câmbios e Benguela- Casa de Câmbios.

PREPARAM MANIFESTAÇÃO

80% dos **trabalhadores do** extinto **Banco Postal** continuam **no desemprego**

BANCA. Licença do banco foi revogada em 2019 e, na altura, BNA garantiu que direitos dos trabalhadores estavam salvaguardados. Mais de dois anos depois, promessa de José de Lima Massano não se concretiza. Funcionários vão à rua.

Por Redacção

Cerca de 80% dos mais de 800 trabalhadores do extinto Banco Postal devem sair às ruas nos próximos dias, em protesto contra o BNA e os órgãos de justiça que, desde 2019, não tratam das indemnizações, após a revogação da licença do banco por alegado incumprimento do Aviso 2/2018 sobre o aumento do capital social e dos fundos regulamentares.

Pedro Botelho, antigo director do Xikila Money, umas das unidades de negócio do Banco Postal, explica que os antigos trabalhadores passam por diversas dificuldades desde o desaparecimento do banco em Janeiro de 2019, pelo que se preparam para realizar, nos próximos dias, a que será a segunda manifestação para reclamar o não pagamento das indemnizações em relação às quais nem o BNA, nem o Tribunal se pronuncia. "O pessoal está completamente insatisfeito pela violação dos seus direitos e, com esta situação económica que o país vive além da covid-19, não tem sido fácil, por isso é que pretendemos ir às ruas de Luanda manifestar o nosso descontentamento em frente ao BNA e a Procuradoria-Geral da Republica", assegura, acrescentado que, após as manifestações, deverão analisar os passos subsequentes, consoante a reacção do BNA e dos órgãos da justiça.

Em Julho de 2020, em reacção a uma entrevista à TPA do governador do BNA, os ex-funcionários manifestaram-se "indignados" com as declarações de José de Lima Massano, que, na ocasião, afirmou que "o banco faliu porque não estava tudo bem, caso contrário não teria falido".

Os ex-funcionários lembraram que, na altura do anúncio da revogação da licença do Banco Postal, o governador do BNA garantiu que estariam salvaguardados todos os direitos dos trabalhadores. "O BNA, ao ter retirado a licença do banco, nada fez no sentido de acautelar os interesses dos ex-funcionários, contrariamente ao que tinha sido anunciado em conferência de impressa do dia 4 de Janeiro de 2019, a salvaguarda de direitos", salientaram.

A decisão do BNA, que levou ao encerramento do Postal, continua, entretanto, a ser contestada, em tribunal, pelos representantes do banco. O VALOR sabe que um dos argumentos da defesa consiste no facto de o BNA ter violado o próprio Aviso 2/2018, uma vez que o documento, no seu artigo 6, estabelece que os incumprimentos constituiriam contravenções, nos termos da Lei de Bases das Instituições Financeiras. E as contravenções, nos termos dessa lei, são puníveis com multas e nunca com revogação de licenças.

VAI DIVULGAR VAGAS NA UNIDADE

ZEE cria plataforma de recrutamento

O número crescente de jovens que percorrem a vasta extensão da Zona Económica Especial Luanda – Bengo (ZEE) à procura de emprego todos os dias levou à criação da Bolsa de Oportunidades, uma plataforma digital que divulga as vagas disponibilizadas pelas 80 empresas instaladas.

Desde que façam a inscrição, os interessados em oportunidades de emprego, através da plataforma, podem interagir directamente com o potencial empregador, submeter a candidatura e acompanhar todo o processo, apercebendo-se se a candidatura continua em avaliação, se foi rejeitada ou admitida.

Cada unidade industrial ou empresarial instalada na ZEE tem, entretanto, autonomia de gerir a sua conta na plataforma sem qualquer custo, tendo a possibilidade de terceirizar o serviço a empresas de recursos humanos. Nos próximos tempos, adianta António Henriques da Silva, PCA da ZEE, outras empresas poderão também divulgar as vagas de emprego na referida plataforma.

Além da Bolsa de Oportunidades, está em desenvolvimento uma outra ferramenta de divulgação de serviços das empresas instaladas na ZEE a agregar no seu site.

CERCA DE 300

ENDE convoca fornecedores para regularizar dívidas

A Ende convocou quase 300 fornecedores para regularizar dívidas herdadas das extintas ENE (Empresa Nacional de Electricidade) e Edel (Empresa de Distribuição de Electricidade de Luanda).

Na lista, há grandes empresas como o Porto de Luanda, Caminhos-de-Ferro de Luanda, Inea, Elisal, Soares da Costa, Teixeira Duarte, além de médias e até alguns individuais. A Ende avisa que, caso os fornecedores compareçam para confirmar os saldos, vai declinar "quaisquer responsabilidades pelos eventuais transtornos decorrentes do desfecho do processo".

A extinção da ENE e da Edel ocorreu por determinação do Governo em finais 2014 e os activos e passivas de ambas deram então origem à Ende. Na altura, o Governo justificou-se com a criação de três novas empresas, cada uma responsável por um dos três segmentos da cadeia, no caso, a produção, o transporte e a comercialização.

DE JURE

VEREDICTO DO CASO GRECIMA

TS condena Manuel Rabelais a 14 anos de prisão

SENTENÇA. Antigo director do Grecima e assistente foram julgados por peculato e branqueamento de capitais da qual resultou um desfalque equivalente a mais de 98 milhões de euros, entre 2016 e 2017.

Por Redacção

O Tribunal Supremo (TS) condenou Manuel Rabelais, ex-director do Gabinete de Revitalização e Marketing da Administração (Grecima), a 14 anos e seis meses de cadeia. Foi igualmente condenado o assistente, Hilário dos Santos, a 10 anos e seis meses de prisão. Ambos, segundo decisão da Câmara Criminal, terão igualmente de pagar uma taxa de justiça de 250 mil kwanzas.

O antigo director do Grecima e o assistente foram julgados sob a acusação de peculato e branqueamento de capitais da qual terá resultado um desfalque equivalente a 98 milhões e 141 mil e 632 euros, entre 2016 e 2017.

Segundo o Ministério Público (MP), durante o julgamento que decorre desde 2020, foram afastados os crimes de violação das normas de execução do plano, por ter sido descriminalizado, e de procedimento e recebimento indevido de vantagem, por ter sido despenalizado.

Manuel Rabelais viu aprovada a suspensão do mandato como deputado e a consequente perda de imunidade a 27 de Outubro do ano passado, pelo Parlamento.

O MP, no despacho de acusação, refere que o antigo número um do Grecima terá usado poderes para adquirir, junto do Banco Nacional de Angola (BNA), divisas que eram posteriormente canalizadas para bancos comerciais e efectivar operações cambiais de compra e transferência de divisas, alegando "compromissos do Estado".

A acusação salienta que Rabelais, auxiliado por Hilário dos Santos, transformou o Grecima numa "autêntica casa de câmbios", angariando empresas e pessoas singulares para depositarem kwanza em troca de moeda estrangeira.

O Grecima foi criado em Maio de 2012, como órgão auxiliar do ex-Presidente da República, e extinto, em 2017, pelo Presidente João Lourenço.

Manuel Rabelais, liderou o Grecima entre 2012 e 2017

Mário Mujetes © VE

RECONHECE TRIBUNAL DE CONTAS

30 sociedades de capitais públicos "não prestam contas"

Pelo menos, 30 sociedades de capitais maioritariamente públicos não prestam contas, admite uma fonte da Direcção dos Serviços Técnicos do Tribunal de Contas, numa altura em que a instituição completa 20 anos de existência.

A fonte, não identificada, avançou, ao JA, que, foram igualmente notificadas 18 entidades, 15 das quais anuíram de forma positiva, o que resultou na prestação de contas de oito empresas e a constatação de três outras que existiam formalmente sem disposição de órgãos sociais nem deram início à actividade comercial.

"Uma das grandes metas da actual liderança do Tribunal de Contas é garantir que um maior número de entidades e organismos sujeitos à jurisdição preste contas, pondo em prática uma das grandes divisas desta instituição do Poder Judicial, que é o rigor na gestão das finanças públicas", sublinhou.

Em 2020, o Tribunal de Contas instaurou 20 processos de responsabilidade financeira reintegratória e dois de responsabilidade financeira sancionatória a vários gestores.

O órgão judicial condenou assim, em 1.ª instância, oito entidades, entre governos provinciais, administrações municipais e empresas públicas.

As entidades foram obrigadas a devolver aos cofres do Estado os valores desviados da afectação legal, efectuaram o pagamento e uns ainda estão a pagar as multas devidas, incluindo emolumentos no valor da acção e da sanção.

Em matéria de fiscalização sucessiva, a instituição judicial recebeu, em 2020, 891 processos de prestação de contas, 513 dos quais distribuídos pelas respectivas divisões para análise e 378 encontram-se na Contadoria Geral.

No total, estavam a tramitar, no ano passado, 1.282 processos de prestação de contas, entre os transitados e os processos distribuídos pela Contadoria Geral. Desse número, 42 são referentes à gestão de 2017, 819 referentes a 2018 e 421 a 2019.

Gestão

DHL, UM EXEMPLO DE EMPREENDEDORISMO NORTE-AMERICANO

Uma ideia que faz mover o mundo

LOGÍSTICA. Uma simples ideia criou o maior gigante mundial de distribuição de encomendas. DHL foi criada há 52 anos e começou num 'stand' de automóveis. Hoje, está instalada em mais de 220 países e territórios e distribui 1,5 mil milhões de encomendas por ano.

Por Emídio Fernando

A criação da DHL partiu de uma ideia aparentemente simples, mas que ninguém ainda a tinha aplicado: transportar pequenas encomendas – no caso, cartas – por avião. O mais curioso é que a ideia nasce em plena década de 1960, quando o homem já estava a conquistar o espaço, com viagens até à lua. Mas o transporte, por exemplo, de São Francisco até Honululu de pequenas encomendas ainda era feito por navios. Daí que três homens, que se entretinham a ganhar dinheiro com a venda de carros em segunda mão, tiveram a ideia de fazer esse transporte de uma forma muito mais rápida: através de pequenos aviões.

Assim, Adrian Dalsey, aos 55 anos de idade, Larry Hillblom, de 29 anos, e Robert Lynn, de 56 anos, fundaram a empresa DHL, em 1969, aproveitando as letras dos sobrenomes para criar a sigla. O sucesso foi quase instantâneo, graças a um contrato que fizeram com o Banco da América que encontrou na DHL um parceiro ideal para transportar rapidamente cartas de crédito. Em apenas dois anos, já a empresa apostava na internacionalização, conquistando o riquíssimo e apetecível mercado asiático. Contratou um dos empresários mais bem-sucedidos de Hong-Kong, em 1972, e, de seguida, abriu escritórios no Japão, Singapura e Austrália. Dois anos depois, partiu à conquista da Europa, com a abertura do primeiro escritório, em Londres. Chegou a América do Sul, em 1977, e a África em 1978.

À CONQUISTA DO MUNDO

Com a internacionalização galopante deixava para trás a sua concorrente directa, a Federal Express, que se limitava a distribuir encomendas apenas no mercado norte-americano. Na competição entre as duas empresas, a DHL tinha um volume de negócios muito inferior à da concorrente, nos EUA, mas estava a tornar-se um gigante mundial.

Em pouco tempo, estendeu-se a mais países, conseguindo atingir até a chamada 'cortina de ferro': o mundo comunista. Na década de 1980, já tinha chegado à China e conseguiu instalar-se na União Soviética e nos países socialistas europeus, em 1986. Em 1994, deixou de ser apenas DHL, passando a ser denominada DHL Worlwide Express, passando a deter metade do mercado mundial. No entanto, nos EUA, país que viu a empresa a nascer, detém apenas 10% do mercado.

Hoje, a DHL tem mais de 6.500 escritórios em 220 países e territórios, chega a mais de 360 mil destinos, em todo o mundo, e emprega mais de 280 mil pessoas. Deixou de ser apenas a distribuidora de encomendas e divide-se em três grandes áreas: os transportes aéreos e terrestres e a logística. O lema mantém-se actual: "Nós movemos o mundo". E, de facto, têm clientes até em zonas mais inusitadas, desde locais em guerra até aldeias quase desérticas em África ou na Ásia.

Curiosamente, os três fundadores morreram fora já da DHL e os três ficaram cativados por paraísos asiáticos. A última vez que estiveram juntos foi em 1994 para celebrar mais um aniversário da empresa.

Adrian Dalsey morreu em Outubro de 1994, na Califórnia, depois de ter passado um longo período em viagem pela Ásia. Larry Hillblom, o mais jovem dos três empreendedores, vendeu as suas acções ainda na década de 1980, e mudou-se para as ilhas Mariana, no Pacífico, um paraíso fiscal, desenvolvendo projectos empresariais no Vietname, Filipinas e Havai. Em 1995, desapareceu num acidente aéreo quando pilotava um hidroavião. Dos dois tripulantes, o corpo do co-piloto foi encontrado junto aos destroços, mas Larry Hillblom nunca mais foi visto.

Nascido na Bulgária, Robert Lynn cresceu na Áustria e mudou-se para os EUA já adulto. Especialista em vendas e marketing, co-fundou a DHL, mas deixou a empresa cinco anos depois para se dedicar a outros negócios, alguns dos quais na Ásia. Morreu em Nova Iorque, aos 76 anos.

De acordo com dados de 2020, a DHL faz mais de 1,5 mil milhões de envios por ano. Hoje divide-se em cinco grandes empresas e mantém uma fortíssima presença no mercado asiático. No entanto, pertence à Deutch Post, a empresa nacional de correios da Alemanha, que comprou a DHL em 2002, depois de uma polémica política. Os EUA não suportaram a ideia de uma das suas maiores empresas ter ido parar às mãos da Europa. A sede da DHL é em Bona. Já vai longe o tempo em que era apenas a distribuidora de encomendas. Hoje, além dos mais de 6.500 escritórios, possui 450 hubs, armazéns e terminais em aeroportos e tem uma frota de 420 aviões e mais de 76 mil veículos terrestres.

76

Mil veículos constituem a frota de veículos terrestres da multinacional

1,5

Mil milhões, estimativas de envios/ano da DHL bloqueio

(In)formalizando

MERGULHADORES QUEREM LEGALIZAR O NEGÓCIO

Kingole, uma fonte de sustento para muitas famílias em Luanda

PESCA. Mergulhadores fazem uma a duas horas debaixo do mar sem o devido equipamento. Iguaria já está entre as mais solicitadas nas praças informais nocturnas.

Por Rosa Wanga

É cada vez maior o número de pessoas e famílias que têm no negócio do kingole (nome informal atribuído a uma das espécies da amêijoa) a principal fonte de rendimento e de sustento. Apesar da importância dos vários participantes do negócio, os mergulhadores ocupam um lugar de destaque desde logo pelo risco que correm. Fazem-se ao mar onde ficam entre duas e três horas para apanharem a espécie que passou a ser um dos petiscos mais solicitados nos mercados nocturnos de Luanda.

Mergulhador na Chicala 1, Vicente Paulo anda a apanhar kingoles há cerca de três anos, fazendo-se ao mar quase diariamente, facturando, em média, 25 mil kwanzas. "Tudo depende da dinâmica do mergulhador", afirma. Por regra, ele e a equipa, ao todo seis elementos, fazem-se ao mar de terça a domingo. "Temos todos os dias clientes à procura dos nossos produtos e fazemos duas a três viagens dependente das encomendas", revela

Quando a maré está baixa, sentem mais facilidades. Quando está alta, enfrentam muitas dificuldades e o resultado é escasso. "Elas ficam muito distante da área, temos de colocar a mão na área e começar a procurar, por isso usamos luvas para evitar ferimentos", conta o segredo da apanha dos kingoles.

Grande parte dos mergulhadores, segundo apurou o VALOR, faz-se ao mar sem balões de oxigénio "por serem muito caros", justificam. "Apenas fazemos o uso da apneia e uma mangueira para mandar o ar para fora", explica Vicente Paulo.

Os caçadores do famoso kingole enfrentam ainda o desafio das baixas temperaturas no tempo de cacimbo, visto que "a água tem ficado muito gelada". Uma dificuldade que é ainda maior com a falta de equipamento apropriado".

"Nem todos mergulham com 'snop', barbatanas e máscaras, muitos mergulham sem o equipamento completo por que dizem ser muito caro nas lojas de mergulhos", revela estimando que o preço oscila entre 20 e 40 mil kwanzas nas lojas. A opção tem sido a procura de fardos, mas nem sempre aparece.

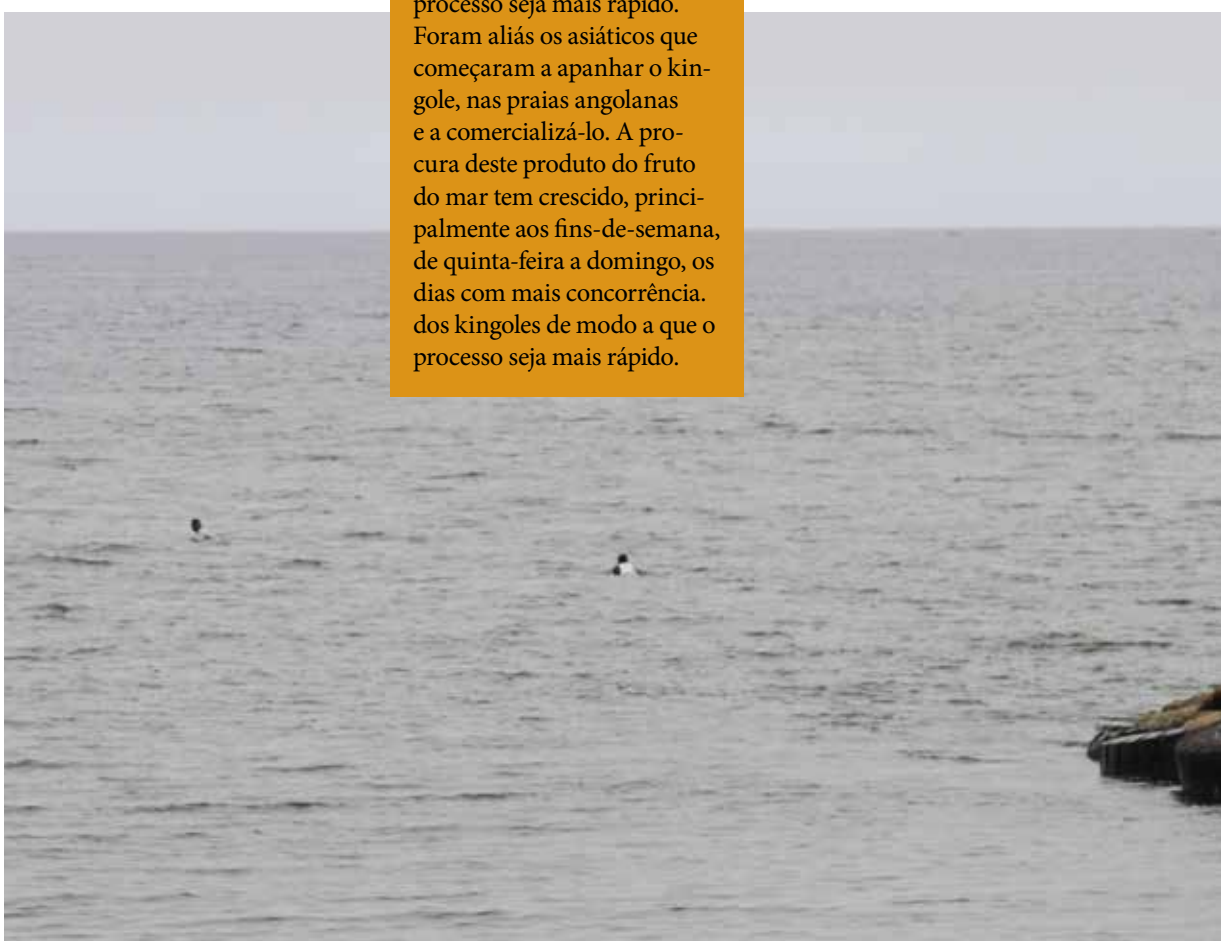
Por enquanto, ainda não há mulheres a apanhar o kingole. Nenhuma arrisca, por considerar a prática muito arriscada.

VONTADE DE FORMALIZAR

Os mergulhadores queixam-se da falta de respostas das autoridades em relação ao processo de formalização do negócio. "Não temos nenhuma autorização para exercer esta actividade, já fomos até à

MEMORIZE

● **Kingole**i é uma refeição que pode ser acompanhado com massa ou arroz se for cozinhado e assado normalmente é mais acompanhado com salada e batatas fritas. Quando se retira da água do mar, o kingole precisa de ficar dentro de água doce durante uma hora. Já os asiáticos colocam pregos no meio dos kingoles de modo a que o processo seja mais rápido. Foram aliás os asiáticos que começaram a apanhar o kingole, nas praias angolanas e a comercializá-lo. A procura deste produto do fruto do mar tem crescido, principalmente aos fins-de-semana, de quinta-feira a domingo, os dias com mais concorrência. dos kingoles de modo a que o processo seja mais rápido.



Os mergulhadores queixam-se da falta de respostas das autoridades em relação ao processo de formalização do negócio.

Polícia Fiscal e pediram para tratar alguns documentos. Tratamos, fizemos chegar à polícia e questionamos também se temos ou não de pagar alguma coisa, mas, até agora, não nos deram nenhuma resposta", lamenta Vicente Paulo.

Apesar da falta de resposta das autoridades, os mergulhadores garantem que têm colaborado e sido úteis para os bombeiros na busca de corpos, quando há afogamentos. "Temos ajudado os bombeiros, puxamos os corpos até à beira e chamamos o corpo de bombeiros para fazerem o trabalho", explica um dos mergulhadores ao VALOR.

Os mergulhadores mais antigos, contactados pelo VALOR, estão na apanha das kingoles há pelo menos 10 anos. Mas só nos últimos anos têm sido mais solicitados, o que resulta no crescimento do negócio em Luanda.

UM NEGÓCIO LUCRATIVO

Por outro lado, Elias Bartolomeu (nome fictício), um dos clientes e vendedor dos mergulhadores da Chicala. Morador da Centralidade do Kilamba, é vendedor de kingoles há seis meses. Considera um negócio lucrativo. Compra "o balde de 25 quilos a 7 mil kwanzas, cerca de provavelmente 250 kingoles, para vender a 125 kwanzas durante o dia". "Posso facturar 35 mil kwanzas por dia se tiver um bom número de clientes, se não tiver um número elevado de clientes posso vender até 16 mil kwanzas.

Por dia, gasta 2.500 kwanzas no táxi com a viagem do Kilamba à Chicala 1. Aqui, compra aos mergulhadores e vende para o Kilamba. Os moradores da Centralidade têm procurado muito esta refeição e dá também para fazer um investimento para quem sabe gerir com o dinheiro do kingole. "Nunca pensei em desistir mesmo quando são aqueles dias ruins que ninguém compra nada e o produto acaba estragando, o melhor é continuar para não ter de ficar sem fazer nada na vida", confessa.

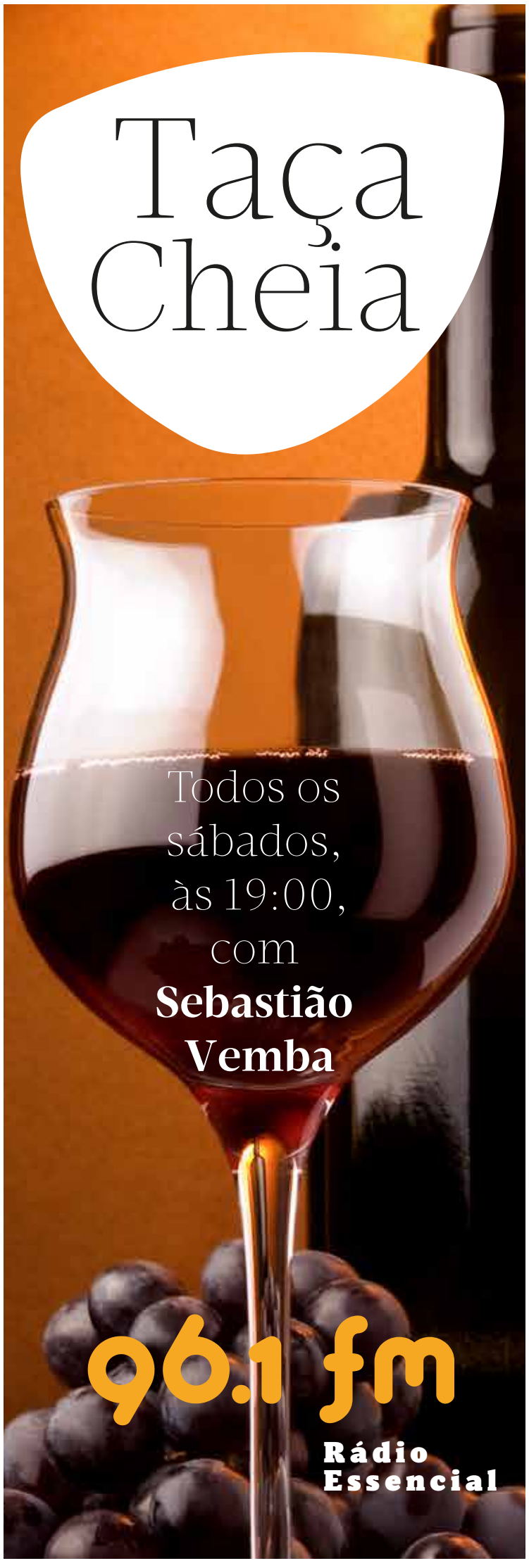
Por seu lado, grande parte dos mergulhadores revelou ao VALOR que investe os valores na família, mas não descarta a existência de colegas que gastam em roupas, festas e bebidas alcoólicas.

25

Mil kwanzas, receita média diária dos mergulhadores

7

Mil kwanzas, preço de venda de 25 quilos de kingoles



Opiniões

Dois anos e nada sobre os Boeings

César Silveira,
Editor Executivo
Valor Económico

Nesta semana, completam-se dois anos desde que o Presidente João Lourenço decidiu cancelar a decisão de reforçar a frota da TAAG com a aquisição de 17 aeronaves entre Boeings e Bombardiers.

Passavam-se apenas quatro meses desde a decisão de comprar as referidas aeronaves. E, por culpa também de decisões anteriores, o Preside da República deu motivos para reforçar as suspeitas de que alguma coisa não estava a correr bem na sua equipa. Não era a primeira vez que João Lourenço recuava de decisões pouco tempo depois de tomadas. As exonerações prematuras são o melhor exemplo disso.

Voltando às aeronaves, o tempo foi passando e ficando mais claro que, das duas uma: ou o Governo não sabe o que pretende ou esconde a real razão que motivou a aprovação do reforço da frota e, posteriormente, o cancelamento da decisão. E, passado mais alguns meses, uma nova postura estranha.

O Governo avança para a compra das aeronaves da Bombardier mas, contrariamente ao que aconteceu com as decisões anteriores, já não houve qualquer despacho oficial. Optou pelo método da suposta especulação, seguindo-se confirmações oficiosas e, posteriormente, o anúncio da chegada dos aviões.

Em relação aos Boeings, a dúvida continua porque o Governo continua mudo. A construtora norte-americana, no entanto, garante que continua a construir as aeronaves porque nunca recebeu qualquer notificação oficial no sentido de cancelar a encomenda das oito aeronaves.

Uma trapalhada difícil de entender e que já deu lugar a diversas interpretações, mas todas ignoradas pelo Governo como se o negócio em causa fosse da esfera privada dos governantes. Não é. E, ainda que fosse, existem situações e momentos em que estes, enquanto gestores públicos, estariam obrigados a prestar esclarecimentos.

É, entretanto, o negócio de interesse público. São milhões em jogo. Ainda que se mantenha o cancelamento, o Estado deve perder, no mínimo, 50 milhões de dólares. Portanto, por tudo isso, o Governo deve explicações. Oportunidades não faltaram.

O Ministério dos Transportes comemorou em Janeiro 45 anos de existência, o ministro discurso e nada sobre os Boeings. Está errado. Expliquem-nos sobre os Boeings e todas as outras situações semelhantes. Ainda há tempo de fazer justiça ao slogan de transparência que muito foi entoado no princípio da governação de João Lourenço.

BIC AGRO

15 anos

PRODUZIMOS JUNTOS, CRESCEMOS JUNTOS.

O **Banco BIC** está ao seu lado nas Pescas, na Pecuária e na Agricultura.

Prazo Máximo de Financiamento: de 2 anos (24 meses) a 8 anos (96 meses).
Garantia Pública: até 75% do valor do capital financiado.

LINHA DE ATENDIMENTO BIC
+(244) 923 190 870
Serviço disponível 24H

www.bancobic.ao

BancoBIC
Crescemos Juntos

Opiniões

E agora pergunto eu...

Geralda Embaló
Directora-Geral Adjunta

A actualidade mundial foi marcada na semana que passou pela morte do príncipe Philip, o monarca, marido da Rainha de Inglaterra, aos 99 anos. Ia fazer 100 anos em Junho. Contou quase um século de vida...

Em Angola, a esperança média de vida era em 2018 de 60 anos, quase menos 40 anos do que viveu o príncipe Philip, sendo que a média mundial é de 78 anos. Os angolanos vivem, em média, menos 18 anos do que o resto do mundo... Mas esses 60 anos de esperança média de vida era número de 2018, querido leitor, e, de lá para cá, as condições de vida mudaram e contamos mais três anos da "competência governativa" a que o partido no poder há quase meio século já nos habituou, em cima disso temos uma pandemia mundial desde o ano passado e factores concretos, como por exemplo, a nota de 100 dólares ter passado de cerca de 40 mil kwanzas para perto de 80 mil este ano, num país que importa a grande maioria do que consome. E agora pergunto eu, será que a esperança de vida se aguenta nos 60 anos?

Os indicadores que influenciam a esperança média de vida são indicadores socioeconómicos como a educação e o bem-estar económico; o acesso ao emprego, a qualidade do sistema de saúde e o acesso a esse sistema; comportamentos sociais como o consumo de álcool, a nutrição, exercício; depois factores genéticos e ambientais como a sobrepopulação, saneamento e qualidade de água para consumo...

Olhando para estes indicadores, a esperança média de vida em Angola, cada vez encontra mais obstáculos, mais do que esperança, vai-se tornando cada vez mais uma verdadeira e penosa maratona. É preciso sobreviver à falta de educação, à falta de hospitais em condições de operar, ao consumo de álcool generalizado num país em que é mais barato comprar uísque nos saquinhos do que água e em que as estradas matam mais do que a guerra; é preciso sobreviver a factores ambientais, que vão desde a sobrepopulação ao saneamento débil, e à qualidade duvidosa da água que jorra frequentemente numa cor acastanhada, é preciso sobreviver a dias e noites de arrelias, preocupações e doenças, tudo factores que impactam a esperança média de vida em Angola. Numa Luanda, atulhada de lixo, a afogar-se a cada chuva, a amontoar população desempregada e sem perspectivas de vida, qual será a real esperança média de vida hoje, em face dos exércitos de moscas e mosquitos recheados de doenças que tomaram conta do ar que se respira?

E a cesta básica que continua a encarecer colocando-se cada vez mais como outro obstáculo à esperança média de vida dos angolanos? Na semana passada, o Valor Económico citava um estudo do Instituto de Gestão de Activos e Participações do Estado que indicava um aumento de 5,5% do preço dos produtos vigiados nos supermercados. E a fome que o Presidente dizia, numa entrevista no primeiro ano do mandato, que "não se podia dizer que existia em Angola"? Essa cresceu de tal maneira que é impossível continuar a fingir que não existe, para se continuar a gastar em supérfluos ridículos como a remodelação de gabinetes com cadeiras enormes "para dar dignidade" aos governantes (uma ladainha particularmente irritante e também ela prejudicial à esperança de vida num país em que crianças morrem de fome a cada hora que passa).

E agora pergunto eu, que soluções o Governo apresenta para o aumento da esperança de vida?

Tivemos esta semana a visita dos investidores espanhóis que deixam a esperança de investir um bocadinho... Talvez tenham vindo um pouco também à laia de aviso aos portugueses 'indisciplinados' que, volta e meia, deixam os seus jornalistas (fazer o seu trabalho e) falar de temas como o da alegada corrupção do braço direito da presidência, que ao contrário da corrupção dos Dos Santos, é tabu absoluto para o Governo de Angola.

Temos o FMI que nos vem emprestar outro bocado e obrigar a que se façam cortes em áreas como subsídios a combustíveis... Isto num país que pouco tem transportes públicos, em que se vive de gerador, e em que o fornecimento eléctrico desaparece por qualquer chuva e sem qualquer satisfação volta sobrecarregado para queimar os electrodomésticos que sobram e apodrecer comida nos frigoríficos?

Que soluções o Governo apresenta para o aumento da esperança de vida?

Soluções concretas para aumentar a esperança de vida dos angolanos onde estão?

Este exercício cansativo de gestão pública por experimentação e adivinhação a que assistimos há tantos anos é mais um desafio à esperança média de vida, quanto mais não seja porque desafia a saúde mental de qualquer um.

A saga da lixeira em que está mergulhada a capital é exemplo, com todos 'os experimenta assim, experimenta assado', que ignoram completamente qualquer estudo de gestão municipal com lógica. Ora corta contratos sem um plano que assegure a recolha do lixo depois do corte, ora faz concurso público depois em vez de o fazer antes de cortar os contratos, ora apela à cidadania para ir limpar, quando essa fica atulhada, ora então accionam-se os militares, quando isso não resulta, corre-se com o tal concurso público de tal ordem que nem se verifica a capacidade dos vencedores de fazerem o trabalho... enfim. Enquanto isso chove em cima das toneladas de lixo e os exércitos de moscas e mosquitos gordos de doenças vão se multiplicando à velocidade da luz, sem um plano de saúde capaz se prevenir a mortandade anunciada.

Mas não é só a governadora, coitada, que experimenta... O chefe anda há três anos a experimentar, nomeia, exonera, nomeia, exonera... O governo provincial, onde está a governadora, por exemplo, tem um histórico de ser um verdadeiro laboratório de experiências. E já correm mujimbos de que "através do lixo" vem aí mais uma.

As milhentas exonerações e nomeações do chefe são atestado que as experiências continuam a não acertar. Tanto que ultimamente vão buscar as mesmas caras do passado, de que o chefe se queria tanto distanciar.

Mas o grave mesmo é que os exercícios de experimentação da chefia infelizmente não ficam só pela equipa governativa e estendem-se a todas as áreas onde a chefia governativa interfere: como a média, em que interfere nomeando as lideranças dos órgãos públicos e dando poderes de limitação ao governo. O mesmo acontece na justiça, em que o PR, para além de nomear órgãos de soberania (num contrassenso absurdo e subjugador), ainda vem comentar processos em investigação volta e meia, inevitavelmente influenciando-os para que sirvam de marketing politico pessoal. E ficámos a saber, na semana passada, que até nos poucos centros de produção de conhecimento que o país tem, os Centros de Estudo e Investigação Científica da universidade pública, os Ceic, o dedo da adivinhação aponta. Até esses se tornam o alvo da experimentação governativa. A extinção dessas unidades orgânicas, a perda da sua autonomia como alertam docentes que fazem parte dessas unidades, é mais uma experiência infeliz das muitas que o Governo vai somando e que vão contribuindo quanto mais não seja com a tristeza para deprimir mais a esperança média de vida. Quando precisamos de informação e de investimento no saber, o desinvestimento nos poucos pólos que contribuem para a elevação científica nacional só pode ser sintomático da inversão de valores que começa a sair da esfera da adivinhação para, talvez, entrar na da bruxaria ou algo tão sinistro quanto...

Em Angola, quem chega aos 100 como o príncipe Philip já fintou tanta dificuldade, tanto obstáculo, tanta decepção, que merece, de facto, um troféu, querido leitor. Se tem alguém na família, é de cuidar, que essa não é uma maratona fácil.

> *Ao nível da territorialidade das operações, passou a estar prevista a identificação das operações realizadas em Cabinda.*

SAF-T (AO) uma ferramenta viva em constante evolução

Timóteo Filipe, Senior Manager EY, Global Compliance & Reporting Services

André Barbosa, Senior Consultant EY, Global Compliance & Reporting ServicesServices

Passados aproximadamente dois anos, o Decreto Executivo nº 317/20 de 14 de Dezembro de 2020 veio aprimorar as disposições vertidas no Decreto Presidencial nº 312/18 de 21 de Dezembro de 2019, que aprovou o Regime Jurídico de Submissão Eletrónica dos Elementos Contabilísticos dos Contribuintes e que introduziu a obrigatoriedade de submissão eletrónica do ficheiro, designado por SAF-T(AO) (Standard Audit file for Tax Purposes),

O reajuste técnico da estrutura do ficheiro SAF-T (AO) introduzido com o Decreto Executivo nº 317/20 é um passo perfeitamente cimentado e relevante no aumento da capacidade de cruzamento de dados que a AGT detém, neste momento, sobre as operações quotidianas (compras e vendas) dos contribuintes e que servem de base de apuramento da base tributável. Este novo diploma é o resultado de uma auscultação activa dos contribuintes e parceiros tecnológicos e demonstra que esta é uma ferramenta viva e em constante evolução indo ao encontro do que são as necessidades de obtenção e cruzamento de informação por parte da AGT como mecanismo de prevenção da fraude e evasão fiscal e maior agilidade do processo inspectivo.

No que concerne às alterações, já em vigor, introduzidas pelo Decreto Executivo supra-referido, destacam-se ao nível de dados de facturação a introdução da possibilidade de anulação interna de documentos por erro no cabeçalho, devendo o sistema gerar uma marca de água identificativa da anulação na impressão do documento. Nos restantes casos mantém-se a obrigatoriedade de emissão de nota de crédito. Ao nível da territorialidade das operações, passou a estar prevista a identificação das operações realizadas em Cabinda e quanto à tipologia de documentos constantes do modelo de reporte de dados ligados ao Invoice Type deixou de constar o documento 'Venda a Dinheiro' (VD).

Contudo, é nas aquisições, tabela 4.5 agora denominada de Purchase Invoice, que se verificaram as principais alterações, prevendo-seum rigoroso cruzamento de dados com a introdução da obrigatoriedade do reporte do 'hashcode' gerado na factura ou documento equivalente do fornecedor, e nas notas de crédito constando agora no SAF-T (AO) a identificação dos documentos originalmente corrigidos.

Verifica-se, assim, que o Decreto Executivo nº 317/20 é mais um passo na reforma (revolução) fiscal digital assumida pela AGT, na medida em que está agora ao alcance da AGT e contribuintes a reconciliação dos ficheiros SAF-T (AO) com grande parte da declaração periódica de IVA, pois as alterações introduzidas vêm cobrir assim em grande escala os campos daquele modelo declarativo, possibilitando, desta forma, o seu preenchimento automatizado (por contribuintes), validação (por contribuintes e, no caso da AGT, inspecção digital) e que sejam quase plenamente automatizáveis. São os benefícios da transformação digital... para quem os queira acolher!

Todas as segundas-feiras Angola tem mais...

Assinaturas:
assinaturas@gem.co.ao
comercial@gem.co.ao

GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA
Contactos comerciais: 941 784 791 - 941 784 792
Rua Fernão Mendes Pinto, nº 35, Alvalade, Luanda - Angola

Jornal Valor Económico

Visite o site www.valoreconomico.co.ao

Regista-te

Para receber o VALOR todas as semanas, basta enviar o seu e-mail para 941784791 / 2

Contribua para manter o jornalismo de qualidade.

GEM Angola Global Media, Lda

Iban: 0051 0000 7172 9933 1512 7

Edição 252 **Likes** 325 **Partilhas** 49

A 253ª edição do Valor Económico dava destaque entre outros à entrevista com o empresário Miguel Oliveira, peremptório em afirmar que "não faz sentido Angola exportar peixe" porque o mercado interno não está coberto, e ao cancelamento da linha de crédito do BAD ao BPC a pedido do governo. A edição alcançou mais de 50 mil internautas e registou perto de 5 mil interacções na pagina do Valor Económico online e em grupos do Facebook.

Os comentários são seleccionados segundo critérios que visam reflectir a diversidade e qualidade de opiniões sobre os temas do Valor Económico. Gralhas e discussões pessoalizadas são editadas para publicação.

Leia na íntegra em www.valoreconomico.co.ao

Facebook/Comentários

Daniel Coelho
A única coisa ué devíamos exportar é petróleo!
Tudo o resto, ainda não produz excedente de exportação!
Exportar matéria prima não é o melhor, temos de transformar aqui e aí sim exportar produto acabado!
É preciso pontenciar a indústria transformadora!

Helder Cruz
Se ja nao chega para nós, quanto mais para exportar, já para não dizer que o nosso mar cada ano que passa se torna mais pobre

Belmiro Faria Ligeiro
Mas é que não faz mesmo sentido exportar peixe, quando eu como nacional não consigo comprar 30 kg de peixe!
Ou seja quando há fome no país!

Fato Amelia
Governo sem coração e cabeça.
O peixe mal chega para os nacionais e ainda vão exportar?
Aliás ainda não temos excedentes de produtos nenhuns para exportar.
O povo está a morrer de fome. Vamos ser mais conscientes.

Edgar Seque
Nesse país nada faz sentido!

Mavu Makaya
A graça dos nossos dirigentes e de dirigirem um povo obediente..

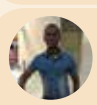
Domingos Kanzala Daniel Kanzala Kanzala
O Estado deve olhar com olhos de ver o BPC já era. Façam a vontade dos clientes, deixem-nos ir para os bancos da nossa preferência por favor.

Olimpio Tita
O BPC pode receber crédito duas vezes maior que o orçamento do Estado e ainda assim vai falir.
O problema deste banco não está no capital financeiro mas sim na gestão do mesmo!!!
A falta de responsabilização dos seus mais altos gestores, aliado aos dedos compridos dos seus funcionários de base é o principal Handycap.

Helder Ingles
Olimpio Tita
Os dedos do funcionário de Base só funcionam se o superior hieráquico permite. Há uma série de protocolos a nível do sistema limitado para o funcionário de base.

Olimpio Tita
Helder Ingles
Concordo contigo, porém todo indivíduo que rouba não presta!!! E os funciórios de base do BPC fartam-se não só de roubar nas contas dos clientes como também menosprezar as pessoas. E isso era o cúmulo do ridículo!

Helder Ingles
Em todo Banco existe estas práticas, sobretudo em alguns colegas da Base mas cabe à gerência ter sempre atenção, não é só no BPC que existe estas práticas. Alguns Bancos mantêm o anonimato destas práticas por parte dos funcionários, já o BPC tem divulgado alguns casos. Tenciona combater isto.
A tua informação é bem-vinda eu próprio já constatei alguns atendem mal, mas não são todos.

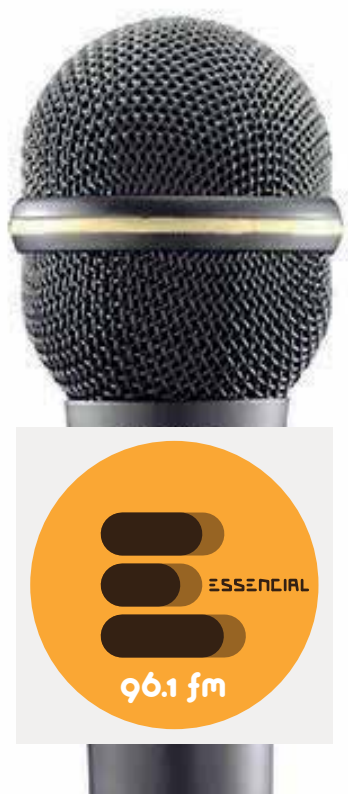


Miguel Lopes Lopes
Fazem bem não podem continuar alimentando gatunos temos de nos desenrascar por aqui mesmo.

Gracieth Fernando
Sempre a mesma música, até cansa

O QUE É ESSENCIAL NOS DIAS DE HOJE?

96.1 fm



Covid-19

ATÉ 10 DE MAIO

Angola prorroga medidas

Angola anunciou a prorrogação, até 10 de Maio, das medidas de controlo em vigor no país, mantendo as actividades lectivas presenciais e a cerca sanitária em Luanda.

Assinado pelo Chefe de Estado, João Lourenço, o "diploma estabelece que se mantêm as actividades lectivas presenciais nos estabelecimentos de ensino públicos e privados, em todos os níveis de ensino, abrangendo a medida as instituições de ensino de Estados estrangeiros e as escolas internacionais que funcionam em território angolano".

De acordo com um comunicado da Casa Civil do Presidente da República, que torna pública a decisão, "é especialmente recomendada a imunização dos profissionais do sector da saúde e da educação, bem como das forças de defesa e segurança e dos demais profissionais indicados pelas autoridades sanitárias por via de vacina".

PARA TRAVAR 4.ª VAGA

Irão fica encerrado por 10 dias

O Irão decidiu uma paralisação de 10 dias na actividade da grande parte do país, com 257 cidades na classificação de risco máximo, no âmbito da quarta vaga da covid-19 e com o objectivo de conter a propagação do vírus.

"Apenas podem permanecer abertos os estabelecimentos essenciais", afirmou o vice-ministro da Saúde, Alireza Raisí, em declarações à agência de notícias iraniana ISNA. Centros culturais, teatros, cinemas, centros desportivos, escolas, centros comerciais e restaurantes, bem como empresas não essenciais, ficarão encerrados durante 10 dias.

As autoridades iranianas classificaram o estado das cidades com as cores vermelho, laranja, amarelo e azul, sendo a primeira a de maior risco devido à maior propagação da covid-19.

De acordo com os dados do Ministério da Saúde, actualmente 257 cidades encontram-se no estado vermelho, 129 no estado laranja, 51 no estado amarelo e 11 no estado azul.

Esta quarta vaga da covid-19 no Irão ocorreu após as recentes festividades do Ano Novo do calendário persa, sobretudo devido às viagens e reuniões familiares que aconteceram durante essas celebrações, realizadas a 20 de Março.

EM CAUSA GESTÃO DA PANDEMIA

Juiz manda investigar governo brasileiro

Um juiz do Supremo Tribunal Federal (STF) brasileiro determinou que o Senado instale uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para esclarecer supostas omissões na gestão da pandemia do Governo de Jair Bolsonaro.

O magistrado Luís Roberto Barroso, autor da decisão, aceitou um recurso apresentado por um grupo de senadores, que, desde o início de Fevereiro, pedia a criação de uma CPI para investigar as acções do Executivo na gestão da crise de saúde provocada pela covid-19.

Desde então, o presidente da Câmara Alta, Rodrigo Pacheco, aliado do Bolsonaro, referiu a possibilidade de instalar a comissão, mas sempre considerou que não era o momento certo.

Após conhecer a decisão do STF, Pacheco reforçou esse argumento, embora tenha sublinhado aos jornalistas que acatará a decisão, na sua opinião "equivocada", informando que a comissão começará a funcionar a partir da "próxima semana".

"Neste momento, em que a gravidade da pandemia exige união", a comissão "parece-me um ponto fora da curva. Como é que se pretende apurar o passado se não conseguimos definir o presente e o futuro com acções concretas?", questionou Pacheco.

O Brasil enfrenta actualmente a pior fase da pandemia, com sucessivos recordes de infecções e óbitos associados à covid-19, que já deixa mais de 345 mil mortes no país e cerca de 13,3 milhões de infectados em pouco mais de um ano.

VARIANTES SUL-AFRICANA E INGLESA

Luanda com circulação comunitária

As autoridades sanitárias informaram que Luanda tem já circulação comunitária variantes sul-africana e inglesa do novo coronavírus, com 120 e 14 casos positivos, respectivamente.

A informação foi divulgada pela directora do Instituto Nacional de Investigação em Saúde, salientando que, desde o final de Dezembro de 2020 que foi anunciado o aparecimento de quatro novas variantes de SARS-CoV-2, nomeadamente a de origem inglesa, sul-africana e duas brasileiras.

A responsável acrescentou que estas variantes são consideradas de "elevada preocupação", tendo em conta que estão associadas a um aumento do número de casos e de internamentos hospitalares, que se devem a uma maior transmissibilidade e virulência do vírus, bem como de casos mais graves e de difícil recuperação.

"Devemos notar também que estas variantes foram identificadas em jovens adultos e em crianças, o que anteriormente não observamos", frisou Joana Morais.

Em Fevereiro deste ano, o Laboratório de Biologia Molecular do Instituto Nacional de Investigação em Saúde, em colaboração com o laboratório Crispy, da África do Sul, iniciou a vigilância genómica do vírus SARS-CoV-2, para estudar e identificar se estas variantes circulavam em Angola.

DEPOIS DE VÁRIOS MESES a actuar de forma passiva face a violação das medidas contra a propagação do coronavírus em restaurantes, bares e em festas particulares, a Policia Nacional deu sinais de mudança de postura no último final-de-semana, interceptando festas e bares.

PONDERA MISTURAR DOSES

China admite baixa eficácia das próprias vacinas

O director do Centro de Controlo de Doenças da China, Gao Fu, admitiu que a eficácia das vacinas chinesas para a covid-19 é baixa e que o governo está a considerar misturá-las para as impulsionar. Numa rara admissão da fraqueza das vacinas chinesas contra o coronavírus, a autoridade máxima de controlo da doença reconheceu, numa conferência de imprensa em Chengdu, que as vacinas "não têm taxas de protecção muito elevadas".

Pequim distribuiu centenas de milhões de doses noutros países, enquanto também tenta levantar dúvidas sobre a eficácia das vacinas ocidentais. Angola, por exemplo, recebeu, em Março, 200 mil doses da vacina chinesa (Sionovac).

"Está agora formalmente em análise se devemos usar diferentes vacinas de diferentes linhas técnicas no processo de imunização", indicou Gao.

As taxas de eficácia da vacina para o coronavírus da Sinovac, um fabricante chinês, na prevenção de sintomas infecciosos, foram estimadas em 50,4% por investigadores no Brasil.

Pequim ainda não aprovou qualquer vacina estrangeira para uso na China, onde o coronavírus surgiu em finais de 2019. Nas regiões administrativas especiais de Hong Kong e Macau estão disponíveis vacinas estrangeiras.

Gao não forneceu detalhes sobre possíveis mudanças na estratégia, mas apontou o uso de tecnologia RNA mensageiro (mRNA), uma técnica experimental já usada pelos fabricantes ocidentais de vacinas enquanto os produtores de fármacos na China usam tecnologia tradicional.

"Todos devem considerar os benefícios que as vacinas mRNA podem trazer para a humanidade", assumiu Gao. "Devemos seguir isto com cuidado e não ignorar só por já termos vários tipos de vacinas".

Gao levantou anteriormente questões sobre a segurança das vacinas mRNA, como a Pfizer/BioNtech ou Moderna.

Foi citado pela agência de notícias oficial Xinhua a declarar em dezembro que não podia descartar efeitos secundários negativos porque estavam a ser usadas pela primeira vez em pessoas saudáveis. Os órgãos de comunicação social estatais chineses e blogues populares de saúde e ciência também questionaram a segurança e eficácia da vacina da Pfizer, que usa RNA.

REVELA ESTUDO

Variante sul-africana resistente à Pfizer

Um estudo israelita divulgado nesta segunda-feira pela imprensa local revelou que a variante sul-africana do coronavírus é mais resistente do que a britânica à vacina da Pfizer/BioNtech, embora sem especificar o grau de resistência.

A investigação, que ainda não foi revista pelos pares e se baseou numa amostra de cerca de 800 pessoas, permitiu identificar que a percentagem de casos da estirpe sul-africana em comparação à britânica era significativamente mais alta entre pessoas que tinham recebido ambas as doses da vacina face às que só tinham sido inoculadas com uma dose.

O estudo, realizado por investigadores da principal organização de saúde israelita, Clalit, juntamente com a Universidade de Telavive, identificou que, entre os pacientes infectados ao fim de 14 dias de terem recebido a primeira dose da vacina, menos de 0,5% tinham contraído a estirpe sul-africana do vírus.

Este número resultou quase idêntico ao ser analisado um grupo de controlo, composto pelo mesmo número de pacientes, de idades semelhantes e que não tinha recebido a vacina.

O que despertou a atenção foi que entre as pessoas que tinham sido contagiadas com o coronavírus, passadas duas semanas da administração da vacina, a percentagem de pacientes portadores da estirpe sul-africana foi de 5,4%, enquanto no grupo de controlo de pessoas vacinadas o número foi de 0,7%.

"Isto significa que a variante sul-africana tem a capacidade, até certo ponto, de penetrar a protecção da vacina", sublinhou Adi Stern, professora da Escola de Biomedicina da Universidade de Telavive e uma das autoras do estudo.

Os investigadores apontaram, no entanto, que estes resultados não permitem precisar até que ponto a variante é resistente à vacina e enfatizaram que esta estirpe representa apenas 1% dos casos em Israel, onde foi realizado o estudo.

PARA A UE

Johnson & Johnson começa hoje a entregar vacinas

A farmacêutica Janssen, do grupo Johnson & Johnson, começou a entregar vacinas de dose única contra a covid-19 à União Europeia (UE) e a Comissão Europeia classifica como uma "boa notícia" para atingir os objectivos europeus.

O anúncio foi feito pela comissária europeia da Saúde, Stella Kyriakides, numa publicação no Twitter. De acordo com a responsável, "isto ajudará a acelerar o acesso dos cidadãos às vacinas", numa altura em que apenas 6,8% dos adultos europeus estão totalmente imunizados através do fármaco.

"[Podemos] garantir que atingimos o nosso objectivo de vacinar 70% da população adulta até ao verão", adianta Stella Kyriakides, na mensagem, numa alusão ao objectivo estipulado por Bruxelas relativamente às campanhas nacionais de vacinação.

Actualmente, estão aprovadas quatro vacinas na UE pela Agência Europeia do Medicamento: Pfizer/BioNTech (Comirnaty), Moderna, Vaxzevria (novo nome da vacina da AstraZeneca) e Janssen (grupo Johnson & Johnson, que estará a partir de agora em distribuição).

Dados do Centro Europeu de Prevenção e Controlo das Doenças (ECDC) revelam que, até ao momento, foram administradas pelos países europeus 84,8 milhões de doses de vacinas contra a covid-19 de um total de quase 108 milhões de doses que chegaram aos Estados-membros da UE.

Esta ferramenta 'online' do ECDC para rastrear a vacinação da UE, que tem por base as notificações dos Estados-membros, revela também que, em termos percentuais, só 6,8% da população adulta da UE já está totalmente inoculada (com as duas doses), enquanto 16,5% recebeu a primeira dose da vacina, ainda longe da meta dos 70%.

Marcas & Estilos

Moldados com consciência

O belo design é o que inicialmente atraiu para a Elliot Young. Então descobriu-se que não apenas as peças são adquiridas de forma consciente, mas cada compra é uma retribuição à comunidade. A marca foi fundada por Jessica Elliot e Jennifer Young, usando metais e pedras preciosos. Cada peça foi moldada à mão em Los Angeles.

Macio até no toque

Vamos levá-lo para a loja de doces. Não vai acreditar na suavidade da textura desses guardanapos de listras vermelhas e brancas até sentí-los. Os produtos do Atelier Saucier são um complemento perfeito para um jantar elegante ou um churrasco de verão picante.

AUTOMÓVEL

Well... well... well

A Honda apresenta, mesmo com a pandemia, um conceito do que será o primeiro modelo totalmente eléctrico. Além disso, o SUV pode adiantar os traços da segunda geração do HR-V, prevista para este ano.

A fabricante não detalha a mecânica do SUV e:concept, mas confirma que "indica a direcção de um futuro modelo de produção em massa do primeiro veículo eléctrico da marca para a China".

Entre as tecnologias já confirmadas, estão os sistemas de prevenção de acidentes, como freio automático, alerta de pontos cegos, monitoramento de saída involuntária de faixa e piloto automático adaptativo.

Prevista para estrear ainda neste semestre, a segunda geração do modelo adoptará um novo formato, com uma inclinação mais acentuada na traseira. A dianteira também seguirá o conceito, com faróis estreitos e uma nova identidade luminosa.

AGENDA

LUANDA

6 DE ABRIL
Lançamento da plataforma SWEG - Sistema Web de Gestão, no Hotel Epic Sana, das 08h00 às 11h30. Dispositivo criado pela Lello & Companhia, em parceria com a WebTech para facilitar a oferta de serviços e produtos.

10 DE ABRIL
Peça de teatro infantil 'A Cadeira que Queria ser Trono', baseado na obra de António Trocato. Bilhetes a 500 kwanzas a partir das 11h00, no auditório CCBA.

12 DE ABRIL
A Embaixada de Portugal em Angola promove webinar 'Luanda Green Talk', sob o lema 'Angola + Verde: Oportunidades e Desafios de uma transição verde em Angola'. A partir das 11h00.

LIVROS

BASEADO EM PESQUISAS feitas pelo Instituto Gallup com mais de 2 milhões de pessoas, 'Descubra seus Pontos Fortes' muda a nossa maneira de pensar sobre o aprimoramento de nosso desempenho profissional.

A CRIAÇÃO DO PATRIARCADO explora cerca de 2.600 anos de história humana e as culturas do Antigo Oriente Próximo, para nos mostrar num dos mais originais estudos dos últimos tempos, a origem da opressão das mulheres perpetrada pelos homens.

TURISMO

Um pedaço de França no Canadá

Quebec está repleto de história, cultura e paisagens naturais deslumbrantes. Localizada a leste de Montreal e a norte de Nova Iorque, a cidade oferece uma mistura única de geração francesa e canadiana. É quase totalmente francês em sentimento, espírito e linguagem. Noventa e cinco por cento da população é francesa, mas muitos dos habitantes também falam inglês, especialmente nos hotéis, restaurantes e lojas que atraem turistas.

Além dos adoráveis pontos turísticos urbanos, pode encontrar uma famosa beleza natural, de montanhas e geleiras imaculadas a belos lagos e florestas.

Nenhuma viagem está completa sem uma visita ao Old Quebec, um Património Mundial da UNESCO, cercado por paredes fortificadas que datam do século 17 e aumentam a atmosfera autêntica.

O boémio, colorido e acolhedor Saint-Jean-Baptiste é um dos bairros mais envolventes da cidade, repleta de boutiques, restaurantes, cafés e lojas de alimentos e é um lugar animado para diversão.

Ambiente

VIDA MARINHA ESTÁ A FUGIR DO EQUADOR

Movimento pode levar a uma extinção em massa

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS. Estudo recente indica que o oceano ao redor da linha do Equador já se tornou demasiado quente para muitas espécies sobreviverem. Aquecimento global é o responsável.

Por Redacção

As alterações climáticas causadas pelo homem estão a fazer com que a vida marinha esteja a fugir do equador em direção aos polos. Isto pode levar a um novo evento de extinção em massa.

A água tropical no equador é conhecida por ter a mais rica diversidade de vida marinha da Terra, com vibrantes recifes de coral e grandes agregados de atuns, tartarugas marinhas, raias e tubarões-baleia. O número de espécies marinhas diminui, naturalmente, à medida que nos dirigimos para os pólos.

Os ecologistas presumiram que este padrão global tem permanecido estável nos últimos séculos, até agora. Um estudo recente, publicado na revista científica PNAS, descobriu que o oceano ao redor do equador já se tornou demasiado quente para muitas espécies sobreviverem, e que o aquecimento global é o responsável.

Por outras palavras, o padrão global está a mudar rapidamente. E conforme as espécies fogem para águas mais frias em direcção aos pólos, é provável que tenha profundas implicações para os ecossistemas marinhos e para a subsistência humana. Quando a mesma coisa aconteceu há 252 milhões de anos, 90% de todas as espécies marinhas morreram.

Este padrão global, em que o número de espécies começa mais baixo nos pólos e é maior no equador, resulta num gradiente de riqueza de espécies em forma de sino. Os investigadores observaram os registos da distribuição de quase 50.000 espécies marinhas recolhidos desde 1955 e encontraram uma queda crescente ao longo do tempo neste formato de sino.

Assim, à medida que os oceanos aquecem, as espécies rastreiam as temperaturas preferidas movendo-se em direcção aos pólos. Embora o aquecimento no equador de 0,6 ºC nos últimos 50 anos seja relativamente modesto em comparação com o aquecimento em latitudes mais altas, as espécies tropicais precisam de se mover mais para permanecer no seu nicho térmico em comparação às espécies de outros lugares.

À medida que o aquecimento dos oceanos acelerou nas últimas décadas devido às alterações climáticas, o declive ao redor do equador aprofundou-se. Os cientistas previram esta mudança há cinco anos usando uma abordagem de modelação e agora têm evidências observacionais.

50

Mil, tespécies marinhas recolhidos desde 1955 foram observadas e houve uma queda crescente ao longo do tempo.

Para cada um dos dez principais grupos de espécies que vivem na água ou no fundo do mar, a riqueza estagnou ou diminuiu ligeiramente nas latitudes com temperaturas médias anuais da superfície do mar acima de 20 ºC .

No final do período geológico do Pérmico, há cerca de 252 milhões de anos, as temperaturas globais aumentaram 10 ºC em 30.000-60.000 anos como resultado das emissões de gases com efeito de estufa das erupções vulcânicas na Sibéria. Nesse período, 90% de todas as espécies marinhas foram mortas.

Durante a última era do gelo, que terminou há cerca de 15.000 anos, a riqueza de foraminíferos – um tipo de plâncton unicelular – atingiu o pico no equador e tem diminuído desde então. Isto é significativo, pois o plâncton é uma espécie-chave na cadeia alimentar.

Este novo estudo mostra que o declínio acelerou nas últimas décadas devido às alterações climáticas causadas pelo homem.

IMPLICAÇÕES PROFUNDAS

A perda de espécies em ecossistemas tropicais significa que a resiliência ecológica às mudanças ambientais é reduzida, comprometendo potencialmente a perseverança do ecossistema.

"Em ecossistemas subtropicais, a riqueza de espécies está a aumentar. Isto significa que haverá espécies invasoras, novas interacções predador-presa e novas relações competitivas. Por exemplo, peixes tropicais que se mudam para o porto de Sydney competem com novas espécies por alimento e habitat", esclarecem os estudiosos, concluindo que isto pode resultar no colapso do ecossistema, levando a que as espécies se extingam e os serviços do ecossistema sejam alterados permanentemente.

Novo estudo mostra que o declínio acelerou nas últimas décadas devido às alterações climáticas causadas pelo homem.

©

NÚMEROS DA SEMANA

306,5

Milhões de Kwanzas, receitas resultantes das multas que o BNA instaurou a instituições financeiras bancárias, em 23 processos, no primeiro trimestre deste ano.

82

Projectos privados de origem espanhola que funcionam em Angola desde 1990, com um valor global de 460 milhões de dólares.

480

Projectos que foram financiados em Luanda no âmbito do Prodesi, segundo o ministro da Economia e Planeamento, Sérgio Santos.

200

Milhões de euros, investimento que a Espanha prevê aumentar de cobertura de risco das exportações para Angola, de acordo com o primeiro-ministro espanhol, Pedro Sánchez.

PREVISÃO DO GOVERNO

Produção dos Blocos do Baixo Congo e Kwanza para 2025

O Governo perspectiva para 2025 o início de produção dos blocos das bacias terrestres do Baixo Congo e do Kwanza, cujo concurso para a licitação arranca a 30 deste mês.

A informação foi avançada na sessão de divulgação do potencial petrolífero dos blocos a licitar ('roadshow'), em Luanda. "Todos os blocos encontram-se num estagio embrionário de desenvolvimento, perspectivando-se o início da produção em 2025", lê-se no dossier da Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANPG)

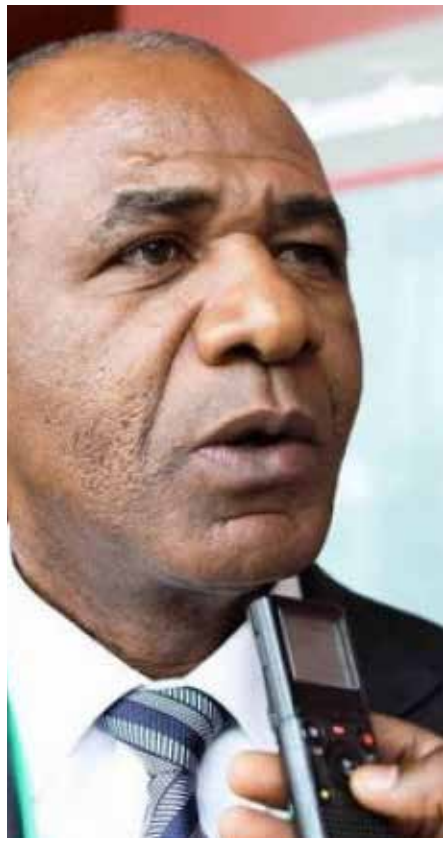
Trata-se dos blocos CON1, CON5 e CON6 (do Baixo Congo) e KON5, KON6, KON8, KON9, KON17 e KON20 (do Kwanza), que têm um potencial em reserva estimado em mais de cinco mil milhões de barris, segundo dados apresentados em 2014 no processo de divulgação que visava a licitação dos mesmos em 2015. Os blocos, de resto, foram licitados, mas o resultado foi cancelado em 2017. Consequentemente, muitas empresas angolanas viram adiado o sonho de se tornarem operadoras.

No resultado cancelado, dos dez blocos postos à disposição, foram licitados oito, formando igual número de grupos empreiteiros num total de 37 empresas, das quais apenas uma estrangeira, a chinesa Sunshine, que seria a operadora do Bloco CON6. Somoil, Simples Oil, EC &MDS, AIS, Soconinfa e Alfort Petroleum eram as empresas angolanas que tinham sido seleccionadas para a função de operadoras.

A ANPG revelou que muitas empresas angolanas manifestaram interesse em participar no concurso público e acredita tratar-se da oportunidade para entrarem no sector, já que a exploração onshore (terra) é menos cara do que a offshore. A agência aconselha, entretanto, as nacionais a concorrem como associadas e não como operadoras. "Temos de ser realistas, as empresas nacionais ainda não sabem fazer, têm de aliar-se às que sabem", defende um quadro sénior da ANPG.

O processo anterior foi cancelado devido à baixa do preço do petróleo, visto que os termos do concurso tiveram como referência o barril a 100 dólares, mas, enquanto se aguardava pela conclusão, registou-se uma queda de quase 50%.

Considerando-se os preços actuais e as perspectivas para os dois anos seguintes, estima-se que o preço de referência para a nova licitação será calculado abaixo de 60 dólares o barril, podendo mesmo rondar entre os 40 e os 35 dólares.



EX-PCA DO BPC DIZ DESCONHECER PROCESSO

PGR vai chamar Paixão Júnior e Isaac dos Anjos nos próximos dias

O secretário do Presidente da República para o sector produtivo, Isaac dos Anjos, e o antigo PCA do BPC, Paixão Júnior, deverão ser chamados, nos próximos dias, à PGR para serem ouvidos no âmbito de investigações contra ambos em que são arroladas ainda outras figuras, incluindo Carlos Gil, ex-director da Cooperativa Cajueiros.

O porta-voz da PGR, Álvaro João, antecipou ao VALOR a existência de "fortes indícios" de que Dos Anjos e Paixão Júnior sejam os beneficiários dos activos apreendidos pela PGR, nos termos de uma investigação que apura responsabilidades no uso de fundos da Sonangol, em projectos privados. Na última semana, a PGR deu conta, em nota, da apreensão de activos em Malanje, Benguela e Luanda pelo Serviço Nacional de Recuperação de Activos, salientando que, no âmbito de um processo que decorre trâmites contra o ex-PCA do BPC, apreendeu ainda contentores de material para montagem de uma fábrica de iogurtes em Benguela que estava entregue à empresa Smart Solution. Isaac dos Anjos, por sua vez, é investigado por alegadamente ter construído com fundos públicos o Projecto Acácia Rubras. "Em todos os bens, há fortes indícios de que os beneficiários sejam estas pessoas", assegura Álvaro João, que confirma a chamada, nos próximos dias, do ex-banqueiro e do actual governante, ao mesmo tempo que admite dificuldades no processo. Os "processos de crimes económicos e financeiros são altamente complexos porque se encontram do outro lado pessoas com o poder económico, capazes de atrapalhar as investigações", observa.

Paixão Júnior nega, entretanto, qualquer ligação ao projecto da fábrica de iogurtes, ainda que admita recordar-se, enquanto número um do banco público, de uma fábrica que seria aberta com o financiamento do BPC em Benguela. "Desconheço o processo", precisa o ex-banqueiro, dando conta que, desde que abandonou o banco, respondeu apenas ao Tribunal de Contas e não tem conhecimento de qualquer processo-crime contra si na PGR.

O actual secretário do presidente João Lourenço para os assuntos do sector produtivo, Isaac dos Anjos, também acusado pela PGR de construir com fundos públicos o Projecto Acácia Rubras, negou as acusações, assegurando que nunca foi beneficiário, mas promotor de "muita coisa em Angola".

Por Guilherme Francisco